

Edição especial



Filiado à CUT/FENAJUFE

Sindjus

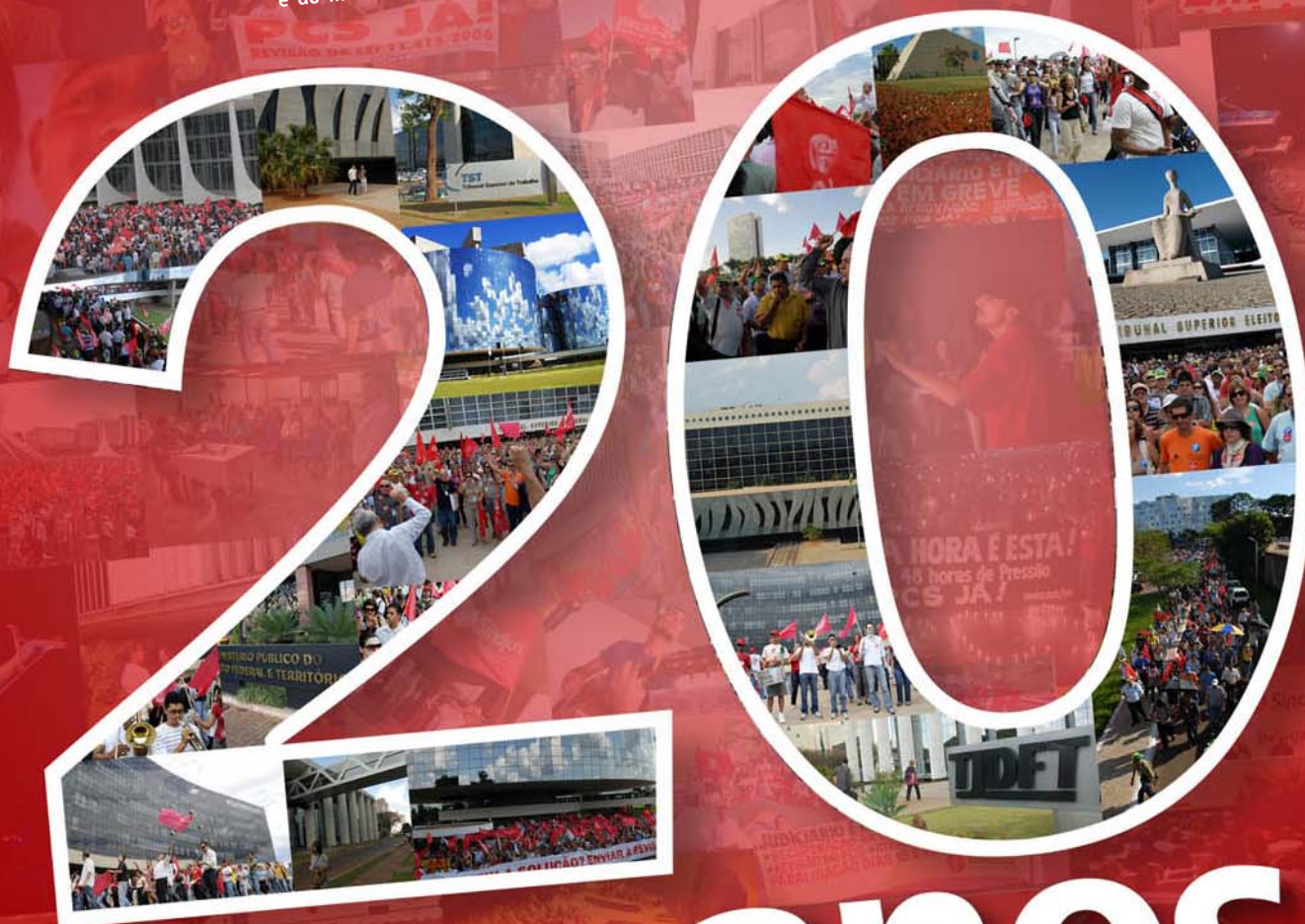
Sindicato dos Trabalhadores do Poder Judiciário
e do Ministério Público da União no DF

Impresso
Especial

1000014810-DR/BSB
Sindjus-DF

CORREIOS

Ano XVII - nº 66
Maio de 2010



O sindicato da

20 anos

de cidadania

NOSSA FESTA,



ROCK

Biquini Cavado
Dia 29/05, às 22h

S

NOSSA LUTA



SERTANEJO
Guilherme e Santiago
Dia 28/05, às 22h



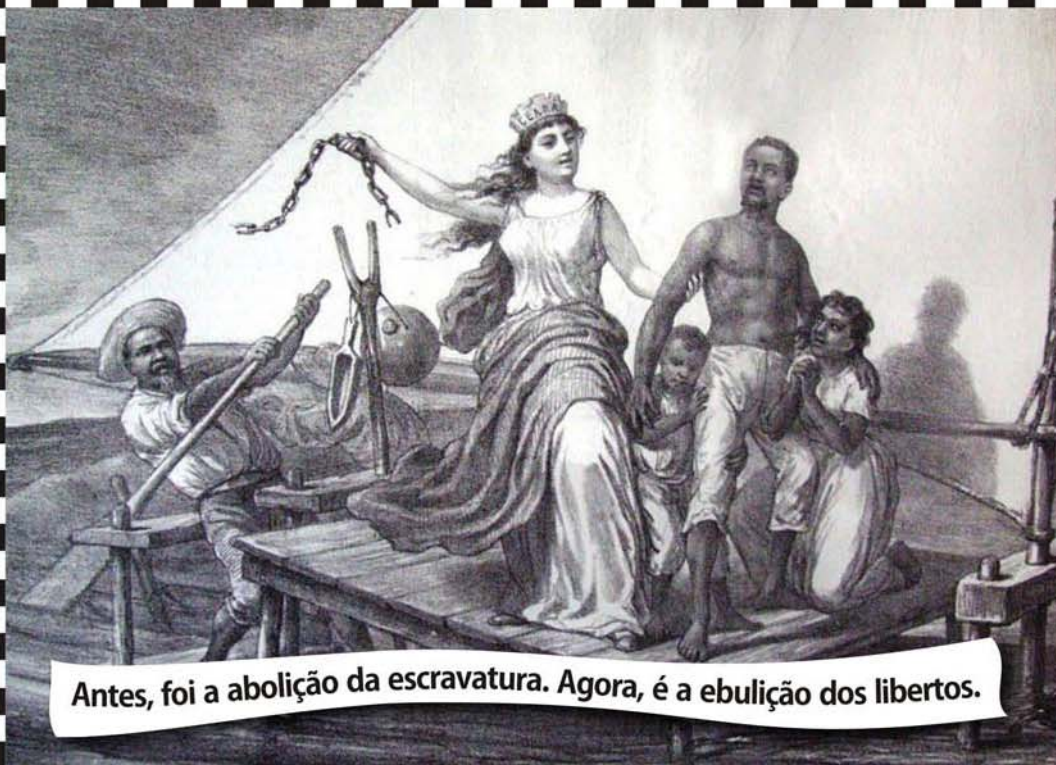
GOSPEL
Fernandinho (Faz Chover)
Dia 02/06, às 20h

Vamos comemorar juntos
os 20 anos do



Sindjus

No estacionamento do Mané Garrincha



DRAGÃO DO MAR – ACERVO DO PONTÃO DE CULTURA MUSEU AFROBRASIL – PARQUE DO IBIRAPUERA-SP

No dia 28 de março a orla de Fortaleza acompanhou o cortejo da Ebulição dos Libertos, com centenas de manifestantes da cultura popular sertaneja e artes urbanas de todo o país, para homenagear Chico da Matilde, o Dragão do Mar, que liderou a revolta dos jangadeiros ao recusar transportar escravos até o porto. Uma prova do quanto uma atitude pode criar a mudança coletiva. A ação determinou um colapso no infame comércio e antecipou a abolição, no Ceará, em quatro anos. “Abolição” formal, de uma penada, que como sabemos é um pinga no processo da real liberdade. O próprio Nabuco considerava a necessidade de aprofundar essa trilha, nessa luta, até hoje. O cortejo celebrava o encerramento artístico do encontro nacional (a Teia) de mais de três mil Pontos de Cultura no Brasil, em referência aberta a uma libertação pautada pela livre expressão da diversidade cultural brasileira.

TT CATALÃO

Sim, nós merecemos ser valorizados

No dia 27 de abril, integrei a mesa da audiência pública promovida pela Comissão de Trabalho e Serviço Público da Câmara dos Deputados com o intuito de discutir o PL 6613/09. Durante minha fala, fiz questão de rechaçar o discurso feito pelo governo de que o PL 6613, que trata da revisão do nosso Plano de Cargos e Salários, não pode ser viabilizado em razão da impossibilidade de equiparar nossa carreira com outras pertencentes ao Executivo e ao Legislativo. É um equívoco e um desrespeito à nossa categoria falar que as atribuições desenvolvidas por servidores de outros poderes são mais complexas ou importantes que as nossas.

Isso não se justifica, ainda mais sabendo que cada um dos 80 milhões de processos atualmente em tramitação passou por nossas mãos em pelo menos uma de suas fases. Os próprios magistrados já reconheceram a importância dos servidores, inclusive no que diz respeito aos subsídios de suas decisões. Se não fossemos relevantes ao funcionamento da Justiça, o antigo presidente do Supremo Tribunal Federal, ministro Gilmar Mendes, não teria se preocupado com o alto grau de rotatividade existente no Poder Judiciário (algo em torno de 25%).

Somos nós, o corpo de servidores, que trabalhamos para que a Justiça responda com excelência as demandas da sociedade. Somos nós que nos dedicamos aos mutirões de julgamentos, de conciliações e de verificação das execuções penais. Somos nós que consolidamos os projetos de reestruturação de

varas e especialização, bem como a interiorização do Poder Judiciário. Somos nós que dormimos em redes em pequenas comunidades e percorremos horas a fio de barco para fazer valer a Justiça a cada cidadão.

A Justiça se encontra rodeada de desafios, como sua modernização, e somos nós que, ao lado dos magistrados, encaramos, com muita coragem e determinação, essa empreitada. Afinal, somos servidores públicos vocacionados e capacitados para essa missão. Tanto que 95% dos trabalhadores da nossa carreira possuem nível superior. Queremos nos qualificar permanentemente e oferecer um serviço cada vez melhor à sociedade.

Porém, para viabilizar esse propósito, os representantes do Executivo e do Legislativo precisam ampliar sua visão sobre funcionalismo público e assim liberar investimentos para nossa carreira. Não somos despesa, somos a esperança de milhões de brasileiros que, para efetivar sua cidadania, contam com o trabalho de servidores do Poder Judiciário e do MPU.

Só quem se dispõe a conhecer o Judiciário e o MPU sabe de suas carências e da importância que têm para o desenvolvimento da Justiça, do Estado e da sociedade. Que aqueles que protelam a aprovação dos nossos projetos, para o bem geral da Nação, possam compreender a complexidade do nosso trabalho e garantir condições para avançarmos na busca por uma Justiça cada vez mais célere, eficiente e democrática.

ROBERTO STUCKERT



Roberto Policarpo
Coordenador-geral do Sindjus

“Não podemos aceitar o discurso de que o PL 6613 não pode ser viabilizado em razão da impossibilidade de equiparar nossa carreira as do Executivo e Legislativo. É um desrespeito falar que as atribuições de servidores de outros poderes são mais importantes que as nossas”

Como surgiu o sindicato cidadão



ARTHUR MONTEIRO

José Geraldo de Sousa Junior

Reitor da Universidade de Brasília, professor da Faculdade de Direito e coordenador do projeto *O Direito Achado na Rua*

"No final da década de 80 se ouve falar pela primeira vez no conceito de sindicato cidadão. Houve a adoção de uma política comprometida não somente com os interesses das categorias, mas também com o desenvolvimento social"

O pró-labore de José Geraldo para este artigo é doado mensalmente à campanha de voluntariado *Eu Doo Talento* (veja em www.sindjusdf.org.br)

Um fenômeno marcante na década de 1980, logo difundido na mídia, foi o da emergência no mundo da produção e do trabalho do discurso da "responsabilidade social", como forma de grupos organizados se mostrarem comprometidos com as comunidades nas quais estejam, mais do que inseridos, integrados.

A noção de compromisso social, que rapidamente desbordou para outros campos, como o cultural e o acadêmico, traz uma notação que surgiu no espaço do mercado, quando tomou forma a incorporação dos *sentimentos morais*, aludindo aqui à expressão de Adam Smith para trazer a ética para o centro da economia.

Ainda que a forma capitalista do desenvolvimento econômico tenha entrado em contradição com a dimensão política da economia, revelando a impossibilidade de realização plena de valores, particularmente de valores democráticos, pelo mercado, a ilusão do consumo acabou por trazer a ética para aferir a qualidade social dos negócios, ao menos como produto, atribuindo a esse processo o nome de responsabilidade social.

Numa espécie de metonímia que toma o consumidor como cidadão, as relações de consumo começaram a assumir essa dimensão ética como guia dos negócios, multiplicando-se as experiências de interação produtor-consumidor pautadas por expectativas de atuação vinculada "a princípios de transparência e responsabilidade social, buscando comprometimento com a ética e a qualidade de vida dos empregados, de suas famílias, da comunidade e da sociedade", conforme anuncia o portal de uma grande corporação brasileira.

A noção de balanço social das empresas, a ideia de comércio justo (que não opere à base de trabalho escravo, trabalho infantil, trabalho feminino em condições insalubres etc), a constituição de fundações, campanhas, programas, institutos e outras formas de organização para o desenvolvimento de projetos e para a capacitação empreendedorista, orientada por princípios éticos, passou a ser a expressão qualificada da atividade econômica até como fator de competição na disputa por mercados e por clientes.

Até mesmo a Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) cuidou de normalizar a Responsabilidade Social Corporativa, com a NBR 16001. Segundo a norma, responsabilidade social é a forma de gestão definida pela relação ética e transparente da organização com todos os públicos com os quais se relaciona e pelo estabelecimento de metas compatíveis com o desenvolvimento sustentável da sociedade, preservando recursos ambientais e culturais para as gerações futuras, respeitando a diversidade e promovendo a redução das desigualdades sociais.

Os sindicatos, como organizações sociais cada vez mais sólidas, também seriam, a partir de cada um de seus membros, transformados por essa onda humanizadora das relações de produção e de trabalho. Houve mudanças no método de ação sindical, com a introdução da negociação como forma prioritária de conseguir as reivindicações das categorias, e, sobretudo, a adoção de uma política comprometida não somente com os interesses das categorias, mas também com ações voltadas para o desenvolvimento social. Assim, no final da década de 80 se ouve falar pela primeira vez, formalmente, no conceito de sindicato cidadão.

A CUT, uma das mais importantes centrais sindicais do país, apostou no começo dos anos 90 na estratégia do sindicato cidadão, sob o pressuposto de que a ação sindical dirigida exclusivamente àqueles que estão no mercado formal de trabalho, sob uma ótica mais individualizada e menos classista, tem refletido cada vez menos o conjunto dos problemas sociais, de ocupação e renda no país. Alargou assim sua agenda sindical, antes mais influenciada pela cultura corporativa, para contemplar também o desenvolvimento, a cidadania e a inclusão social.

A seu lado seguem os mais de dez mil filiados que compõem o Sindjus, iluminando o cenário das lutas sindicais no Brasil desde 1990 com seu potencial de mobilização, busca da democratização do Judiciário e MPU e, sobretudo, entendimento do quanto a dimensão política está necessariamente entrelaçada à dimensão humana, para a reconstrução contínua de espaços públicos de cidadania.



ANTONIO NEPOMUCENO

O engenheiro Nepomuceno, professor do Departamento de Engenharia Civil e Ambiental da UnB, declara-se "apaixonado por fotografia desde a adolescência". Membro do Fotoclube f/508, ele estuda, pratica e procura uma forma de manifestação própria através das imagens. A foto acima faz parte do ensaio *Impressões Abstratas*, que pode ser conferido em www.fotoclubef508.com



www.sindjusdf.org.br

Sindicato dos Trabalhadores do Poder Judiciário e do MPU no DF
SDS, Ed. Venâncio V, s. 108 a 114, Brasília-DF, 70393-900 • (61) 3212-2613

Coordenadores-Gerais

Ana Paula Barbosa Cusinato
Berilo José Leão Neto
Roberto Policarpo Fagundes

Coordenadores de Administração e Finanças

Clede de Oliveira Vieira
Jailton Manguiera Assis
Raimundo Nonato da Silva

Coordenadores de Assuntos Jurídicos e Trabalhistas

José Oliveira Silva

Marília Guedes de Albuquerque
Newton José Cunha Brum

Coordenadores de Formação e Relações Sindicais

José Joventino Pereira de Sousa
Antônio José Oliveira Silva
Eliane do Socorro Alves da Silva

Coordenadores de Comunicação, Cultura e Lazer

Sheila Tinoco Oliveira Fonseca
Maria Angélica Portela
Valdir Nunes Ferreira



Edição

Usha Velasco (DRT-DF 954/99)

Reportagem

Carlos Tavares
Fabiola Góis
Thais Assunção
Valéria de Velasco

Colaboradores

José Geraldo de Sousa Junior
TT Catalão

Revisão

Ana Paula Barbosa Cusinato

Projeto gráfico e arte

Usha Velasco

Tiragem

15.000 exemplares

Contato comercial: Julliane Dourado

Fones: (61) 8485-9959; (61) 3037-9761
SCS Q. 2, Ed. Goiás, s. 314 - Cep.: 70.302-000

Eu, tu, ele nós, vos, eles

Conjugar a vida no plural virou o grande desafio do brasileiro na luta pela justiça social, que no Sindjus já soma vinte anos

Valéria de Velasco

“Os dois arquitetos não pensaram em construir beleza, seria fácil; eles ergueram o espanto deles, e deixaram o espanto inexplicado. A criação não é uma compreensão, é um novo mistério.”

(Clarice Lispector)

Ainda não havia para mim a instigante tradução de Clarice Lispector sobre a nova capital quando experimentei pela primeira vez o impacto do “espanto inexplicado”. Debaixo de um céu muito azul numa manhã de abril, o contato de estreia com a cidade-monumento tomou forma de encantamento, um caso de amor à primeira vista que foi ganhando contornos incondicionais à medida que o carro começou a percorrer a Avenida W3 Sul. Era o ano de 1971, a capital abrigava um governo imposto pela força da ditadura militar que a

população repudiava, mas a visão das pessoas curtindo o belo e sombreado gramado em frente às casas me passava uma indescritível (e inesquecível) sensação de aconchego.

O que sobressaía, ali, naquele momento, era a força do humanismo projetado pela generosidade de Lucio Costa ao pensar uma cidade ao mesmo tempo, segundo ele, “derramada e concisa, bucólica e urbana, lírica e funcional”. Monumental, sim. Mas também “cômoda, eficiente, acolhedora e íntima”, nas palavras do arquiteto ao explicar o seu traçado histórico. Para ele, na cidade que “nasceu do gesto primário de quem assinala um lugar ou dele toma posse – os dois eixos cruzando-se em ângulo reto, ou seja, o próprio sinal da cruz”, é na escala monumental que o homem adquire dimensão coletiva.

Tomar posse, dimensão coletiva, comodidade, acolhimento.... Tudo isso faz lembrar o sonho da civilização farta pre-

vista por Dom Bosco, em 1862, na Itália, o esforço dos trabalhadores candangos e a “fé inquebrantável” no amanhã imortalizada em discurso inspirado de JK, o mineiro bossa-nova que ousou ocupar o Planalto Central do país. Mas, em que espaços e tempos e por conta de quais descuidados esses conceitos e esperanças vêm se perdendo? Vamos deixar que virem meros cartões postais?

Aos 50 anos, o “espanto inexplicado” se manifesta ao peso do crescimento da violência, da insegurança, da falta de transporte coletivo decente e acessível, da saúde precária, da moradia cada vez mais cara, enquanto um individualismo preocupante ameaça sepultar de vez a promessa de cidade-modelo do terceiro milênio. Quando vi a primeira cerca elétrica na W3 Sul meu coração ficou apertado, pensei nos meus filhos, nos filhos dos meus filhos e nos outros que hão de vir, e me deu uma saudade enorme de Brasília.

Em defesa do outro

“O que ocorre é que tudo muda, e a luta agora não pode se restringir às questões das categorias. Dentro de uma sociedade temos negros, mulheres, deficientes, as pautas de reivindicações têm de ser transversais. Temos de levantar as bandeiras em nome da coletividade, como o Sindjus fez em relação aos conselhos tutelares no ano passado. Hoje as ditaduras são outras – são a do con-

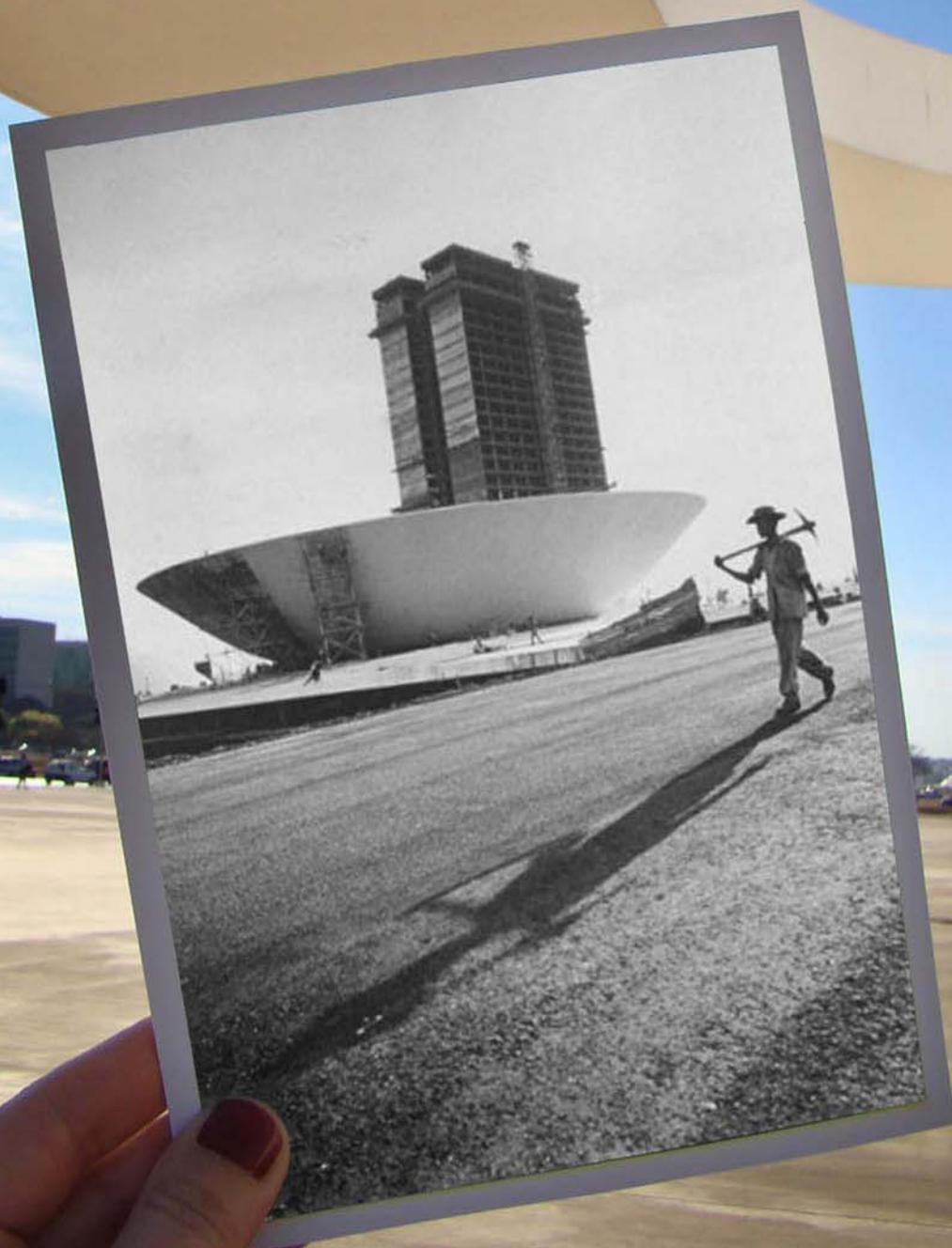
sumo, da compulsão por coisas que não são determinantes em nossas vidas, a da corrupção, a da violência, da falta de cuidado com a coisa pública. Quem sai do individualismo faz o exercício da disponibilidade em defesa do outro.”

Michel Platini, estudante, servidor público e conselheiro do Conselho Distrital de Promoção dos Direitos Humanos do DF



JOSSONHIR BRITTO

“ O que sobressaía ali era a força do humanismo projetado pela generosidade de Lucio Costa na escala monumental da cidade, onde o homem adquire dimensão coletiva. Mas em que espaços esses conceitos vêm se perdendo? Vamos deixar que virem meros cartões-postais? ”



O desafio de viver em comunidade

Há três anos na capital da República, a assistente social Natália Mashiba Pio sente o peso do individualismo e do descuido e não enxerga aqui um lar como o que deixou para trás no interior paulista. “Não me sinto acolhida e essa é também a opinião de várias pessoas que, como eu, também vieram de fora, por concurso, por exemplo.” E é justamente o traçado previsto para ser cômodo, eficiente e acolhedor o que mais incomoda a servidora do Ministério Público. “A questão urbana, a estrutura física da cidade, o jeito como ela foi criada acabam empurrando as pessoas para fora do Plano Piloto, comprometendo a sua qualidade de vida e provocando o individualismo”, avalia Natália.

O preço abusivo dos imóveis e as dificuldades do dia a dia agravam o desconforto. “O transporte coletivo não é bom e a pessoa acaba não tendo o direito de ir e vir de fato, se não possuir um carro. Não há calçadas como em outras cidades e isso já contribui para isolar”, critica Natália. Ela teme “problemas graves” que ameaçam os direitos dos servidores, como as tentativas de congelamento dos salários, e aponta

a dificuldade de acesso à moradia como outro grande vilão: “As pessoas não podem ficar submetidas a morar em imóveis com valores absurdos. É preciso um movimento coletivo contra a especulação imobiliária que cerceia o direito de morar no DF”. As barreiras e o sentimento de um individualismo reinante levam Natália a ver em Brasília uma cidade fria, que exclui. “Mas há quem adore”, reconhece.

Se Natália ainda não recebeu o carinho que a cidade lhe deve, a capital brasileira, ao contrário, só tem a lhe agradecer. O fato de concentrar gente de outros estados e países dá à cidade cinquentenária



Fabiana aposta na ótica do cuidado para garantir uma cidade melhor para a filha Isis

uma dimensão mais enriquecedora, num contraponto às dificuldades que empurram os moradores para o individualismo. “A dimensão da miscigenação, das diversas culturas, traz a aceitação do outro, um maior respeito à maneira de ser de cada um”, o que facilita a questão do coletivo, pondera a promotora de Justiça Fabiana Costa Oliveira Barreto, da Promotoria de Violência Doméstica do Paranoá.

Com o olhar de quem há dez anos trabalha por justiça para o brasiliense no MPDFT, Fabiana avalia que Brasília sofre o efeito do paradoxo entre o forte apelo cívico da cidade construída para ser a capital do país e os problemas que incentivam uma postura individualista. “Temos o Congresso Nacional, os poderes brasileiros, as festas nacionais importantes. Contrastando com isso, as dificuldades de encontrar pontos de circulação pública, que desestimulam o hábito de andar pelas ruas e de encontrar outras pessoas, agravadas pelo crescimento da violência e o medo de estar no espaço público”, compara a promotora.

Nascida em Brasília, onde cresceu com a liberdade que os amplos espaços oferecem, Fabiana afirma que a insegurança “está encastelando as pessoas, que vão se fechando em condomínios, construindo mais grades, mais impedimentos de passagens”. E existe saída, ou estaremos condenados a assistir a um embate de forças cada vez mais desiguais entre os interesses individuais e os coletivos? Com a pequena Isis, de apenas cinco meses de ida-

de, no colo, Fabiana mira no futuro da filha, brasiliense como ela. “O que mais me preocupa é a questão da violência, um problema crescente, mas para o qual não temos encontrado soluções eficientes até agora”, revela.

O desafio é grande. “Brasília, por mais que tenha as maiores rendas per capita do Brasil, tem também os maiores fossos de desigualdades sociais e se não cuidarmos disso a longo prazo o problema vai se tornando mais grave”, teme Fabiana. Sem perder de vista o futuro, ela aposta nas possibilidades de paz para a geração de Isis. A ótica é a mesma que dedica à filha: a do cuidado. Da varanda de seu apartamento na 303 Norte, com uma vista agradável para a ampla área comum da quadra que Lucio Costa projetou para o morador “tomar posse” e ser feliz, ela mostra que essas possibilidades começam mesmo é no nosso próprio espaço, com medidas simples.

“Recentemente mudou o prefeito e a primeira iniciativa que ele teve foi a de reformar as calçadas, colocar coletores para dejetos de animais e dar acessibilidade a todos”, conta Fabiana. “Isso é ótimo, porque vamos ter um espaço melhor de convivência, pois na medida em que se propicia o bem-estar haverá mais aproximação das pessoas, menos desconfiância, reduzem-se as diferenças.” É o caso do Parque Olhos D’Água, no final da Asa Norte, que foi uma das grandes aquisições de Brasília, como coletivo, nesses últimos anos, cita.

VISÃO AMPLA

“O Sindjus se engaja em campanhas que não necessariamente têm a ver com os interesses corporativos, mas que têm a ver com a coletividade em que está inserido”

Fabiana Oliveira Barreto, promotora de Justiça

Soluções para o “mal-estar social”

O exemplo do prefeito da quadra de Fabiana aponta para um dever de casa óbvio e igual para todos: conjugar o verbo cuidar. Em seu último livro, *Saber cuidar, ética do humano – compaixão pela terra*, Leonardo Boff bota o dedo na ferida ao mostrar que o “mal-estar da civilização”, tão exaustivamente estudado por especialistas e pensadores, decorre do “fenômeno do descaso e do abandono”. Em poucas palavras, simplifica: “da falta de cuidado”.

Na extensa lista dos maiores desrespeitos contra os cidadãos, o filósofo, autor de mais de 60 livros e premiado em 2002 com o Nobel alternativo para a paz, em Estocolmo, destaca o descaso pela coisa pública e “o abandono crescente da sociabilidade nas cidades”, que levam as pessoas a se sentir desenraizadas cultural e socialmente. Boff aponta o descuido com as crianças, desempregados, aposentados, e com o destino dos pobres e marginalizados. Também chama a atenção para o descaso, geralmente tão despercebido no cotidiano das pessoas, com o “espírito de gentileza que cultiva a lógica do cora-

ção e do enternecimento por tudo o que existe e vive”.

Por isso são tão importantes as iniciativas de entidades que representam pontos de encontro de interesses coletivos. Elas têm tudo para ser muito positivas e podem contribuir para que se encontrem soluções para o “mal-estar social” e se inverta a tendência ao individualismo, acredita a promotora de Justiça Fabiana Barreto. “O Sindjus faz muito isso, se engaja em campanhas que não necessariamente têm a ver com os interesses corporativos, com a categoria que ele representa, mas que têm a ver com a coletividade em que está inserido”, afirma.

“Esse é o nosso foco. Afinal, o sindicalismo foi criado com a concepção de cuidar da coletividade”, explica o coordenador-geral do Sindjus, Roberto Policarpo. Servidor de carreira do TRT há

dezoito anos, ele reconhece que tem sido grande o desafio de superar, o tempo todo, a tendência à individualidade e à consequente segmentação do coletivo. “Não quer dizer com isso que o sindicato não tenha de se preocupar com o indivíduo”, ressalta. “Até porque o mesmo serve para a sociedade, que tem de se preocupar com o espaço de cada um, a privacidade, mas sempre dentro do contexto de se olhar o todo, ver como as ações de um interferem diretamente nas questões coletivas que incidem sobre o outro indivíduo.”



JOSSONHIR BRITTO

A única saída

“Quanto mais perverso o mundo vai ficando, mais o trabalho coletivo se mostra a única saída. É isso que move o mundo. No projeto Mulheres da Paz tem um coletivo com as mulheres mais pobres, com uma reflexão inovadora sobre violência. Isso só vai crescer. Quanto mais incentivo, mais as pessoas procuram outros caminhos. É preciso treinar o olhar. Falta consciência, mas em cada canto do país a gente encontra pessoas entendendo que estamos no meio de uma guerra, e que temos de fazer alguma coisa, cada um no seu papel, no seu jeito. Temos de fazer o dever de casa até acertar.”

Lélia Almeida

Escritora e coordenadora do projeto Mulheres da Paz, do Ministério da Justiça

Policarpo: “O sindicalismo foi criado com a concepção de cuidar da coletividade”



ISABELA LEMOS

Teimosia pacífica

O confronto entre individualismo e coletividade, na visão de Policarpo, é próprio da convivência humana. Ele lembra que isso acontece em todos os setores da sociedade, "seja numa pequena comunidade, numa cidade, ou mesmo num segmento, e, de um tempo para cá, com muito mais velocidade". Esse fenômeno, segundo ele, faz com que também no sindicato, "principalmente entre os

mais novos, que estão entrando agora, muitos se preocupem mais com o eu, com suas questões profissionais, e não com o grupo todo, o que leva ao risco de segmentar o próprio sindicato como se fosse uma subdivisão de categorias".

Mas a força do coletivo tem sido maior e o sindicato acabou se consolidando como um órgão que tem representatividade, comemora Policarpo.

"O Sindjus é respeitado pela categoria, tem uma boa interlocução junto ao Judiciário e ao MP, interage com o Executivo e o Legislativo", enumera. É o resultado de vinte anos de luta por mudanças fundamentais para o servidor e a sociedade, reconhece o procurador-geral de Justiça do DF, Leonardo Bandarra. "É a partir do coletivo que se ganha força, torna-se mais capaz para a promoção das transformações que a sociedade necessita. Isso é muito necessário no âmbito da Justiça e reforça a importância do sindicato para as conquistas sociais", afirma.

Com a experiência de quatro anos no comando da Associação do MPDFT, que congrega os membros do Ministério Público da capital federal, o gaúcho de Passo Fundo defende a coesão como a base do compromisso para a solução das demandas coletivas. Isso vale tanto para as questões corporativas quanto para os problemas que atormentam a população e que levam as pessoas a se isolar, exacerbando o individualismo – como a violência, por exemplo, ressalta Bandarra. Bem a propósito, ele gosta de citar o líder indiano Mahatma Gandhi para lembrar que as coisas que queremos e parecem impossíveis podem ser conseguidas com "teimosia pacífica".



Bandarra: "É a partir do coletivo que se ganha força"

JOSÉ EVALDO VIEIRA / MPDFT

Parabéns, Sindjus

"Compete aos sindicatos atuar na salvaguarda dos direitos dos cidadãos. Nesse aspecto, indiscutivelmente, quanto mais fortes e independentes forem, mais seguros estarão os associados contra possíveis demandas e, em consequência, não só os filiados como também a própria sociedade se sentirão prestigiados.

Em seus vinte anos, o Sindjus pode comemorar várias conquistas: alcançou vitórias impor-

tantes para a classe por meio de várias medidas judiciais, de trabalho sério com as autoridades constituídas e de movimentos em prol de justas melhorias apresentadas ao Congresso.

Creio que o sindicato dos servidores públicos assumiu o compromisso de se aliar ao esforço em favor de mudanças imperiosas de que a classe carece, de maneira que diminua as desigualdades sociais, combata a exclusão social, busque a segurança e a paz, lute contra a corrupção nas esferas administrativa e política e valorize a ética e a moralidade.

Cumpramos um momento não só de grandes apreensões no Distrito Federal, mas também de muita esperança, de modo que todos temos de buscar a edificação e a universalização da cidadania em nossa terra.

Por essa razão, precisamos, sobretudo, nos compenetrar de que a solução dos grandes problemas não depende exclusivamente de seus mandatários e servidores, mas também da participação de todos os brasileiros.

Parabéns, Sindjus, pelos seus vinte anos de realizações!"



BG PRESS

Nívio Geraldo Gonçalves
Desembargador do TJDF

Quaresma:
valorização do
servidor

Que justiça queremos?

Teimosia é o que não faltou ao pequeno grupo que há vinte anos venceu as barreiras do individualismo então dominante entre os servidores do Judiciário e do MPU para levantar bandeiras de melhores salários, condições de trabalho e qualificação profissional. “Esse é o caminho, porque à medida que o trabalhador ganha condições dignas ele pode prestar um serviço melhor à sociedade. E bom serviço é o que está dentro da linha que atenda aos reais interesses da população, que responda à pergunta ‘que justiça queremos?’”, justifica Policarpo.

O compromisso foi endossado pelos dez servidores que assinaram o documento de criação do Sindjus, depois de uma série de reuniões entre os pequenos grupos de “teimosos” sindicalistas que raramente passavam de vinte pessoas. “Começamos a nos reunir, ainda sob o regime da ditadura militar, porque não havia uma representação forte que lutasse pela nossa categoria”, conta o técnico judiciário Carlos Alberto Quaresma. Servidor do Fórum de Sobradinho e dono de uma das dez assinaturas do histórico documento que carimbou o espírito de coesão na luta dos servidores da Justiça, ele se sente re-

compensado pelas conquistas do sindicato, que hoje já conta com mais de onze mil filiados.

“A maior delas é saber que temos um órgão que nos representa, saber que temos força para nos fazer ouvir. O sindicato valorizou o servidor, mostrou que temos um nível de excelência e desmistificou a visão de que funcionário público não gosta de trabalhar. O servidor hoje tem consciência de seu papel na sociedade. Somos reconhecidos pela nossa importância”, assegura Quaresma.

Outra grande vitória foi a aprovação do Plano de Cargos e Salários, aponta Quaresma, lembrando com nostalgia da “adesão maciça” que ocorreu em 1992, quando os servidores pararam a Justiça pela aprovação da Tabela 2. “A vitória só foi possível porque houve consciência e coesão. Se ficar cada um olhando para o próprio umbigo, não funciona”, alerta, lembrando que a luta ainda não acabou. “Precisamos dar novos passos para aumentar a conscientização do servidor, estimular uma participação maior.”

Coordenador-geral do Sinjus, o técnico judiciário do STJ Berilo José Leão Neto, também vê na valorização do servidor e

no plano de carreira os dois pontos altos do sindicato nesses vinte anos. “Hoje, estamos avançando na construção do Plano de Carreira, para proporcionar condições de crescimento profissional ao servidor”, adianta. Berilo, que a exemplo de muitos sindicalistas entrou na militância social pela porta das comunidades eclesiais de base comprometidas com a Teologia da Libertação e a ação preferencial pelos pobres, acredita que o Sindjus deve manter o foco da defesa da categoria e da qualidade do serviço público.

Mas exatamente por ser serviço público, segundo ele, a visão de classe não será em nenhum momento desvinculada do foco da cidadania. “A sociedade avançou, mas ainda vivemos num mundo desigual, com muitas contradições e injustiças”, constata Berilo. Discussões de interesse coletivo, como as questões de gênero, o meio ambiente, saúde, segurança, moradia e tantas outras, assim, vão ficar no alvo da ação coletiva. Brasília, que aos 50 anos se curva ante o espanto do aconchego perdido, agradece. A luta continua.



Berilo: crescimento profissional

Responsável e solidário

O Sindjus foi criado na época em que se consolidavam os conceitos de responsabilidade social, inclusão, ética e qualidade de vida. Afinado com seu tempo, o sindicato já nasceu cidadão, como mostram os movimentos e as campanhas realizadas ao longo desses vinte anos

Carlos Tavares

Reivindicar aumento salarial e zelar por melhores condições de trabalho — já vai longe a época em que essas duas importantes bandeiras eram as únicas a se erguer nas ruas, gabinetes e praças. Criado há vinte anos, numa época em que se consolidavam novos conceitos — como responsabilidade social, inclusão, ética, qualidade de vida — o Sindjus já nasceu cidadão. Presente desde os primeiros dias, sua ótica mais solidária e menos individualizada reflete os anseios da própria sociedade, nos mais variados segmentos da vida coletiva.

Nesses vinte anos, o sindicato consolidou-se como uma entidade relevante na cena política. Desde as manifestações pelo *impeachment* de Collor, arregaçou as mangas todas as vezes que foi



necessário lutar pelos direitos e pela dignidade de toda a sociedade. Além de atuar nos aspectos trabalhistas que caracterizam a rotina da grande maioria das entidades, frequentemente saltou seus próprios muros e partiu para o diálogo com outros setores. Engajou-se nas campanhas salariais dos professores do DF, partindo do princípio de que a educação é fundamental; integrou-se aos grupos organizados que defendem o meio ambiente e um sistema de saúde fortalecido e plural; saiu em defesa da criação de conselhos tutelares em todas as regiões administrativas do DF e entrou em sintonia com movimentos que lutam por políticas públicas mais eficientes para erradicar o trabalho infantil e o trabalho escravo, brigou pelas cotas raciais e se juntou a lideranças dos mais diversos matizes sociais.

“Para alcançarmos o nível de uma sociedade justa e que se transforme ao transformar o estatuto, é preciso partir para a luta. Só há um caminho para fortalecer a cidadania: a união e o esforço de cada um contra as desigualdades”, raciocina Policarpo. Mas a pluralidade de ações da entidade não para por aí. Nessas duas décadas de existência, com todas as mudanças que ocorreram ao longo das transformações na área social, no meio político, no âmbito da tecnologia e nas relações de trabalho, com o surgimento de novas carreiras e novos sindicatos, o Sindjus manteve-se sempre alerta a outros importantes, se não fundamentais, aspectos da esfera sindical moderna e da convivência coletiva extra-muros. Tudo isso para seguir em busca de mais conquistas e proximidade com diversos setores da vida na capital do país.

Afinal, quem não se lembra entre os filiados e em boa parte de grupos pertencentes a várias categorias profissionais, fora do Judiciário e MPU, da bem-sucedida campanha *SOS Nordeste*, de doação de alimentos aos flagelados das enchentes que abateiram populações de vários estados nordestinos na passagem de 2008 para 2009? Em pouco menos de um mês, a partir de 12 de maio passado, foram recolhidas mais de oito toneladas de produtos e enviadas, sobretudo, a comunidades pobres do Piauí e Maranhão, entre outros estados, onde os efeitos dos temporais foram mais devastadores.

Quem não se lembra também da *Campanha do Laço Branco*, deflagrada em março de 2008, cujo slogan, em homenagem ao Dia Internacional da Mulher, era *homens por uma cultura sem violência contra a mulher*? Nessa, assim como em outras campanhas de perfil semelhante, o sindicato mergulhou com o máximo de fôlego junto a entidades não-governamentais, órgãos estaduais e federais que adotaram e adotam a postura proposta pela Organização das Nações Unidas e o Instituto Pai em defesa do fim da violência contra a mulher. “Essa cultura de agressões e de preconceitos, quaisquer que sejam eles, tem que acabar; enquanto pudermos e for necessário, vamos lutar para mudar essas relações e a tradição da violência contra mulheres”, diz Sheila Tinoco, coordenadora de Comunicação do Sindjus.

Manifestação pelo impeachment de Fernando Collor, em setembro de 1992: o recém-nascido Sindjus formava-se na luta em defesa dos direitos e da dignidade de toda a sociedade



Campanha por conselhos tutelares no DF: participação de mais de 30 mil



RONALDO DE OLIVEIRA / CRI/DA PRESS

Para um mundo melhor

Uma das campanhas do Sindjus que mais obteve ressonância nos últimos anos, e que contou com um expressivo número de participantes, foi a *Atitude – tenha a sua*, lançada em novembro de 2007. A ideia da campanha era colher sugestões de filiados para criar um mundo melhor de se viver. As propostas eram enviadas por meio de um site. Essa é uma tendência mundial, como mostra, por exemplo, o tema do Fórum Social Mundial, que este ano reuniu mais de 40 mil pessoas no Rio Grande do Sul: *Um outro mundo é possível*. Organizado para debater a crise em duas versões – a do Sul e na Bahia – as propostas em debate passaram pelos mesmos eixos de discussão da campanha do sindicato: a natureza, a solidariedade, políticas públicas, preconceitos, comunicação e outras.

No universo das propostas colhidas pela campanha Atitude, a preservação do meio ambiente e o fim da violência, mais educação e mais leitura, a necessidade de ser solidário e praticar o bem, a luta contra a corrupção dominaram o espectro de sugestões dos servidores. Para se viver num mundo melhor, por exemplo, Maria Neiva, analista de sistemas do TSE, achou que era necessário “lutar por menos violência e mais ações para a boa convivência coletiva”. Adriano Tyrka, técnico de segurança judiciária da Justiça Federal, propôs mais solidariedade para o mundo ser mais humano, além de uma estrutura social alicerçada por programas que atendam as necessidades populares. Fazendo coro com esses servidores, muitos propuseram o fim da corrupção, o estímulo à cultura e à formação de uma consciência cidadã, a reciclagem de lixo, o conhecimento dos direitos e deveres de todos e o respeito à natureza.

Uma das bandeiras que marca o perfil do Sindjus desde os seus primeiros impulsos de mobilização foi a participação nos movimentos culturais da

cidade. Recentemente o sindicato se engajou no fortalecimento da ONG T-Bone e seu açougue cultural, um grande núcleo de resistência artística em Brasília. Quando, no final de 2008, o açougueiro Luiz Marinho, mentor da entidade e agente cultural dos mais inquietos da capital, organizou o projeto das paradas culturais, colocando livros nos pontos de ônibus no corredor da W3 norte, o Sindjus logo se articulou com ele e adotou uma das paradas. Passou também a investir no jornal da ONG e em outras atividades do grupo.

Em 2009 os programas Eu Doo Talento e Viver Cultura vieram se somar às iniciativas na área cultural e às campanhas solidárias do sindicato. O Viver Cultura, criado pelo Sindjus com base na Lei Rouanet, é financiado por uma parcela de até 6% do imposto devido dos servidores do Judiciário e MPU, independentemente de filiação ao sindicato. Assim, sem nenhum custo, o servidor apoia a produção de bens culturais no DF e ainda garante o seu acesso à programação. “A ideia é contribuir para incorporar o hábito cultural como elemento essencial dos princípios da qualidade de vida”, afirma Policarpa.

Também conta com forte aprovação a campanha de estímulo ao voluntariado batizada de Eu Doo Talento. Trata-se de uma espécie de ponte que o Sindjus estabeleceu entre aquelas pessoas que querem ajudar ao próximo, mas não sabem como ou onde, e as entidades sociais que precisam de doações não só de dinheiro, alimentos ou roupas, mas também de voluntários para brincar com crianças, fazer companhia a idosos, dar aulas ou prestar todo tipo de ajuda, desde atendimentos médicos até contabilidade ou suporte em informática. As informações sobre o Viver Cultura e o Eu Doo Talento estão no site do sindicato: www.sindjusdf.org.br.



Concurso infantil Atitude, programas de incentivo à cultura e ao voluntariado: campanhas cidadãs

Capacidade de mobilização

Desde a sua criação o Sindjus se alinha às grandes lutas da sociedade, iniciando pelo processo de impeachment de Collor e passando por todos os movimentos historicamente importantes em defesa da justiça social. E saiu em defesa da valorização do servidor público, quando o governo FHC, no auge de sua postura neoliberalista, queria privatizar o país.

Foi o que aconteceu quando o Senado começou a se articular para a aprovação do PLP 01. O sindicato agitou as massas e deu a partida para o Dia Nacional de Luta Contra o PLP 01, em 23 de maio de 2007. O projeto, que agora reaparece para causar temor e desconforto nas classes trabalhadoras do serviço público, prevê a redução de despesas e limita os aumentos de salário dos servidores a 1,5% mais a

inflação do ano anterior. Ou seja, neutraliza, se aprovado, as possibilidades de reposição de perdas salariais e acena com o arquivamento dos projetos de lei 6613, do Judiciário, e 6697, do MPU.

"Pela nossa experiência, no entanto, temos confiança na capacidade de mobilização dos servidores para não deixar que isso ocorra", afirma Policarpo. Para o coordenador-geral do Sindjus, não há ideia mais contraditória do que essa do governo, que se aproxima dos postulados da era FHC, que desprezava o servidor e combatia todo e qualquer projeto de fortalecimento da categoria. "É uma pena, mas vamos lutar até o fim. Estamos mobilizados e certos de que o PL não vai passar", pondera Policarpo.

Essa postura sempre caracterizou as

iniciativas do sindicato ao longo da história. O raio de ação da entidade aos poucos foi se ampliando, do nível de proteção dos direitos dos filiados e de toda a categoria, para o nível de toda a comunidade, com o Sindjus cumprindo um papel de aglutinador de atividades em defesa da sociedade.

Recentemente, no meio do furacão de crises políticas na capital, o Sindjus, a exemplo do que ocorreu no passado, agitou as bandeiras contra a cultura da corrupção e se uniu aos estudantes e a outros movimentos sociais organizados para banir da cidade o grupo de Arruda. "Essa crise, na verdade, veio também para motivar a reconstrução da sociedade brasileira. Ainda falta muito, mas não vamos recuar e sabemos que haverá mudanças em breve", acredita Policarpo.

Bancorbrás
Turismo

Venha
para o
Clube
Bancorbrás

Faça parte do grupo de pessoas que já descobriram a melhor e mais inteligente forma de se hospedar. Funciona assim: você pode comprar até 5 títulos*, cada um com 7 diárias, por ano, para utilizar em mais de **4.000 hotéis** conveniados no **Brasil** e no **exterior**. Além disso, você conta com os benefícios do **Clube de Vantagens**, que oferece descontos em diversos estabelecimentos, e toda a segurança da **assistência em viagens**, que você já tem direito a partir de 50 km da sua residência.

Clube Bancorbrás
O jeito inteligente de se hospedar.

0800 61 2244

www.bancorbras.com.br

*Taxa de adesão em até 4x sem juros. Utilização após pagamento integral da taxa de adesão. Sujeito à avaliação cadastral. Consulte os valores das taxas de adesão e manutenção em nosso site

De quem é a culpa?

Os vilões não são só o aumento das chuvas e a falta de infraestrutura. As galerias pluviais entopem com papel, latas, pneus, garrafas recicláveis, entulho de obra e até móveis. Não há sistema de escoamento que resista a tanto lixo

Fabíola Góis

Rio de Janeiro, São Paulo, Bahia, Santa Catarina, Maranhão — na época das chuvas, cidades de todo o país passaram a ocupar as manchetes dos jornais por conta das graves inundações, que frequentemente chegam ao estado de calamidade pública. Brasília não é exceção. Tráfego interrompido nas ruas alagadas, pessoas ilhadas dentro dos carros, água invadindo garagens, abrindo crateras nas ruas, trazendo transtorno, prejuízos financeiros e doenças — tudo isso passou a fazer parte da vida do brasileiro.

Ao investigar a origem do problema, especialistas, políticos e jornalistas apontam como causas o aquecimento global e a falta de investimento em infraestrutura. Com razão. Mas esquecem um dos maiores vilões dessa história, um velho conhecido do nosso dia a dia: o Sujismundo. Lembrem desse personagem, criado para ilustrar uma campanha educativa do governo nos anos 70, quando se dizia que “povo desenvolvido é povo limpo”?

Sujismundo nasceu como um exemplo a ser evitado. Era um sujeito que gostava de jogar lixo no chão. Quatro décadas depois, parece que os brasileiros não aprenderam a lição. Ainda há muitos

sujismundos entre nós — e toda a comunidade sofre as consequências. É claro que o papel do aquecimento global nas inundações tem que ser levado em conta, e sabemos que o governo está em falta com os investimentos em infraestrutura. Mas todos nós temos que fazer a nossa parte.

O comerciante Emir Baiocchi Neto, proprietário de uma loja especializada em produtos naturais na 113 norte, sabe que, se jogar lixo na rua, vai entupir o bueiro que passa perto da comercial, provocando inundações nas bocas-de-lobo. Por isso, usa diariamente o contêiner próximo ao estabelecimento para evitar futuros aborrecimentos. Assim como ele, outra comerciante, Deusa Gebrim, dona de uma loja de fotografias digitais na 302 norte, também sabe que lixo na rua representa transtorno. Os papéis descartados têm lugar certo: são picotados antes de ser jogados fora, no contêiner da esquina.

Mas a realidade vivida pelos dois comerciantes não é regra. Basta olhar para as ruas das cidades para perceber a falta de educação dos moradores. Plásticos, papéis, latas, ferramentas, tudo é encontrado nas galerias de águas pluviais do Plano Piloto e nas outras regiões administrativas. As cinco toneladas de lixo retiradas diariamente pela Novacap em todo o Distrito Federal apenas refletem que o brasileiro não tem se importado com os dejetos que produz.

PAULO DE ARAÚJO / CBI/DA PRESS



Para complicar ainda mais o problema, o DF não conta com coleta seletiva em todas as cidades. Se isso existisse, certamente seria menor a quantidade de dejetos nos bueiros. O governo ensaiou implementar esse sistema há alguns anos, mas faltou vontade política para prosseguir — para a indignação da nutricionista Janaína Baiocchi, irmã de Emir. Ela conta que fez uma verdadeira peregrinação para encontrar uma usina de reciclagem de vidro no DF. E não encontrou. “Parece



Sujismundo: o apelido dos anos 70 ainda hoje é atual



Garagem alagada na Asa Norte: sistema de drenagem não consegue dar vazão à chuva. Emir: "Tem gente que joga papel no chão sem o menor constrangimento"

que não há governo para ver que essa medida gera economia e proteção ao meio ambiente. Só me resta reutilizar os potes de vidro para evitar jogá-los fora. Eu faço a minha parte, separo o lixo em casa, mas sei que ele é misturado no lixo", reclama. O irmão Emir faz coro: "É lamentável que em Brasília não tenhamos coleta seletiva. E é impressionante que ainda tenha tanta gente mal educada, que joga papel no chão sem o menor constrangimento."



CARLOS ALVES

Falta de educação

A falta de educação também costuma chocar a comerciante Deusa Gebrim. Ela flagrou uma motorista jogando uma garrafa plástica no chão, antes de entrar em um carro de luxo, na porta de sua loja. "Cheguei perto, peguei a garrafa e joguei no lixo. A mulher ficou sem graça. Uma criança que estava com ela comentou algo, mas eu não escutei. Penso que deve ter ficado chocada também", conta Deusa.

E atualmente as crianças são as que mais têm demonstrado preocupação com a questão. Com frequência, escolas das redes pública e privada fazem trabalhos de conscientização com os pequenos para evitar que se transformem em adultos mal-educados. "Crianças de 8 a 9 anos são as que mais têm essa consciência. E cobram dos pais", afirma Deusa.

O professor Henrique Chaves, do Departamento de Engenharia Florestal da Universidade de Brasília (UnB), aponta várias causas para os pontos de ala-

gamentos e inundações no DF. Ele acredita que pode ter havido um erro no projeto de escoamento das águas pluviais. Em alguns pontos eles podem ter deixado de levar em conta depressões características do Plano Piloto. "Uma dessas áreas é a 202/402 norte. Minha esposa já ficou com metade do carro inundado na tesoireira da 202", conta. Para o professor, as galerias coletoras deveriam ser maiores.

Henrique afirma que a situação poderia ser ainda pior caso não houvesse tantos gramados no Plano. O acúmulo de água da chuva provocaria verdadeiras enchentes nessas áreas.

Coroando esses problemas está a questão do lixo, um problema de cunho social e educacional que precisa receber maior atenção dos governos. "A limpeza frequente das galerias minimizaria o problema, mas não resolveria definitivamente. É preciso que a população caia em si e pare de jogar lixo nas ruas", aponta.



CARLOS ALVES



Matemática
simples:
lixo no chão
+ bueiros
entupidos
+ chuva forte
= ruas
inundadas

ARTHUR MONTEIRO

JOSSONHIR BRITTO

Rotina de limpeza

A Novacap faz a manutenção do sistema de drenagem, mas não consegue correr atrás de todo o prejuízo. A rotina envolve limpeza de bocas-de-lobo e poços de visita, desobstrução de redes e ramais com jatos d'água de alta pressão, reposição de acessórios como tampa para poços, grelhas e lajes para bocas-de-lobo, e reconstrução de componentes danificados. A novidade é uma nova tecnologia, a videoinspeção. Um robô vistoria, filma e fotografa as tubulações, identifica fissuras, ligações clandestinas e obstruções. O equipamento ajuda a identificar o local exato onde há entupimento. Em seguida, um caminhão desobstruidor entra em cena e joga água com uma pressão muito forte para promover a limpeza da área. É a maneira mais eficiente para retirar o lixo que entope as tubulações.

Rede de águas é de 1958

As redes de águas pluviais de Brasília foram construídas em 1958. Na época, não havia planos de novos bairros; a cidade foi projetada para ter apenas 500 mil habitantes. Cinquenta anos depois, são quase três milhões de pessoas, e o sistema de escoamento continua o mesmo.

A conta não fecha. O desordenamento territorial provocou pontos de alagamentos em várias áreas. E haja trabalho para desentupir as galerias. "Procuramos sanar esses defeitos, mas a população pode ajudar tendo cuidado com o lixo", explica o diretor de Urbanização da Companhia Urbanizadora da Nova Capital (Novacap), Nilson Martorelli. O órgão executa obras e serviços de urbanização de interesse do GDF.

No subsolo do DF existem dois mil quilômetros de redes de águas pluviais. Mas não é o suficiente para as fortes chuvas registradas nos últimos meses. Dos dez mil quilômetros de asfalto construídos nas vias urbanas, apenas 23% têm redes de

captação de águas das chuvas.

No Plano Piloto as áreas mais críticas são a 913 sul e 510/511 norte. Nas quadras 900 da Asa Sul, há sobrecarga nas galerias pluviais por conta da criação do Sudoeste, como explica Vanessa Figueiredo Freitas, da Diretoria de Projetos da Novacap: "O plano de ocupação do solo mudou, mas as galerias possuem a mesma capacidade e não suportar a vazão da água. Para minimizar o problema, criaremos três lagoas de drenagem no Parque da Cidade, para receber a água da chuva e funcionar como reservatórios de microdrenagem." Outros reservatórios de microdrenagem serão construídos entre o Iate Clube, no Setor de Clubes Norte, e o Setor de Embaixadas.

DÉFICIT

Dos dez mil quilômetros de asfalto construídos nas vias urbanas, apenas

23%

têm redes de captação de águas das chuvas



Videoinspeção: robô (acima) vistoria tubulações e identifica pontos com obstruções

FOTOS: CARLOS ALVES



eu sou o outro em mim

em mim está o outro que sou

no outro me vejo reverso de mim

violência é descuido comigo em ti refletido
eu e tu feridos, apartados, sofridos

em ti revejo o outro em mim

reverter a violência é reconhecer
o estar no outro como parte de mim



[Nos Pontos] o

*exercício permanente da
troca fortalece valores
humanos de respeito e
dignidade como
verdadeiros antídotos
contra o crime e a
violência: atuar na essência
da pessoa (não são peças),
pela beleza, pela criação,
pelo estado de graça da
invenção, pela festa
libertária do convite ao
conviver onde se consagra
a expressão livre com os
meios e os modos de ser e
estar. Existir é resistir!*



Trecho da exposição cultural
da 12ª Conferência

TT Catalão

O 12º Congresso da ONU, no Centro de Convenções de Salvador, discutiu, de 11 a 19 de abril, *Estratégias Globais para Desafios Globais: A Prevenção do Crime e o Desenvolvimento dos Sistemas de Justiça Criminal em um Mundo em Transformação*. O objetivo foi contribuir para a construção de ideias e novas abordagens nos campos da Prevenção ao Crime e Justiça Criminal, tendo o Pronasci (Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania) como principal vetor das ações que articulam políticas de segurança e ações sociais, priorizando a prevenção.

O Brasil foi o terceiro país da América Latina a sediar o Congresso das Nações Unidas, que acontece desde 1955. Organizado pelo Ministério da Justiça, por meio da Secretaria Nacional de Justiça, com mais de quatro mil participantes convidados e pensadores de 140 países, o evento

envolveu assuntos como: infância, juventude e crime; contrabando de migrantes; tráfico de seres humanos; lavagem de dinheiro e crimes pela internet. Promoveu discussões aprofundadas e propostas de ação em três principais eixos: estabilizar o sistema de justiça criminal como um pilar central no Estado de Direito; destacar os principais objetivos do sistema de justiça criminal; enfatizar a necessidade de uma abordagem holística para a reforma do sistema de justiça criminal e fortalecer a capacidade dos sistemas de justiça penal em lidar com o crime.

Na linha dos crimes envolvendo infância e juventude, a mostra cultural do congresso envolveu extensa programação, com Carlinhos Brown na liderança, mostra de artesanato com a diversidade cultural brasileira, uma exposição em homenagem a Socorro Nobre, militante humanista e ex-presidiária, e uma grande exposição ressaltando o papel dos Pontos de Cultura do

Ministério da Cultura como tecnologia social transformadora de realidades adversas via arte, comunicação colaborativa, cultura digital, ação em rede, saúde, meio ambiente, mestres tradicionais e circuitos alternativos entre pessoas e grupos fora do mercado em todo o território nacional (atualmente são 3.393 pontos).

No vão central de metade do segundo andar do Centro de Convenções foram montados enormes murais de espelhos com um mapa do Brasil localizando os Pontos de Cultura, um stand com a produção audiovisual da Bahia, um texto relacionando os pontos ao combate ao crime entre adolescentes e jovens e um caleidoscópio criado pelo artista plástico Joãozito, com curadoria de Laura Salles Campos e um poema da pedagoga e ambientalista Vera e de TT Catalão, que relaciona o reconhecimento do outro como raiz base para criação do respeito e da dignidade, e, assim, a quebra da cadeia viciosa da violência.

O voto e suas consequências



Brasilienses votam nas últimas eleições: a história acaba de mostrar que escolher mal um candidato pode custar caro ao eleitor e a toda a coletividade

Escândalo de corrupção que derrubou o governador do DF aponta a importância da avaliação cuidadosa na hora de escolher um candidato. Mas a consciência política ainda é pequena



ZULEIKA DE SOUZA / GBD/DA PRESS

Fabiola Góis

Arruda, Eurides Brito, Leonardo Prudente, Júnior Brunelli. Os protagonistas do maior escândalo de corrupção do Distrito Federal – e um dos maiores do país – foram eleitos legitimamente pelos brasilienses. Chegaram aos mais altos cargos do Executivo e Legislativo porque foram escolhidos nas urnas, conquistaram a confiança da população. Algum morador dessa cidade imaginária ver seu político preferido estampar as páginas policiais e cair em descrédito? Qual foi o erro desse eleitor ao escolher esses candidatos? Ingenuidade na hora de votar? Faltou orientação política? A reportagem do Sindjus investigou o assunto e chegou à constatação de que parece faltar tanto consciência quanto informação na hora de exercer a cidadania.

Um dos principais acusados de participar de um esquema de pagamento de propina revelado por um ex-aliado, o ex-governador José Roberto Arruda saiu das páginas políticas dos jornais e virou manchete policial. Foi preso, humilhado, arrancado do poder na marra.

Arruda foi longe demais. O ex-governador chegou a pedir perdão duas vezes em sua vida pública. Ao violar o painel eletrônico do Senado e renunciar ao mandato para não ser cassado, ele chegou às lágrimas. Contou com a benevolência da população e, poucos anos depois, foi eleito chefe do Executivo. Mas derrapou novamente – ou, melhor dizendo, atolou-se num lamaçal de corrupção.

Isso prova que toda escolha tem uma consequência. Votar errado pode custar muito caro ao eleitor. Afinal, os milhões de reais que somem pelos ralos são dinheiro público – recursos que deveriam ser usados para equipar hospitais, contratar professores, melhorar a segurança, estimular a cultura.

Arruda, por exemplo, virou prato cheio para marchinhas de carnaval e bonecos de bloco. Transformou-se no vilão preferido dos estudantes mais politizados. Deu margem para manifestações de grande repercussão. Graças ao “mensalão do Arruda”, até os brasilienses mais apáticos deram demonstração de revolta. Seja numa fita preta amarrada no retrovisor do carro ou na atitude daquele manifestante de meia-idade que deitou no asfalto na tentativa de proteger os jovens estudantes da investida da cavalaria da Polícia Militar, em um dos ataques mais truculentos já vistos na capital.

O escândalo teve, sim, seu lado positivo. Discute-se muito mais o futuro político do DF hoje do que na eleição passada. A pergunta clichê de um pleito a outro reaparece: você se lembra em quem votou para deputado distrital na eleição passada? É a prova de que o eleitor não só não se lembra do nome como também não acompanhou a trajetória política do homem ou mulher que ajudou a escolher.



Edson Dezan: "É muito importante conhecer o passado do candidato"

JOSSONHIR BRITTO

As vozes dos indignados

Coordenador da ONG Voto Consciente em Brasília (uma organização não governamental criada em 1987, inicialmente para acompanhar o mandato dos deputados da Assembleia Legislativa de São Paulo), Edson Dezan vê o voto consciente como um processo contínuo. Não é só na hora de votar que se percebe esse tipo de consciência, mas sim na postura de acompanhar seu candidato, afirma.

Para Dezan, esse eleitor, antes de tudo, precisa conhecer bem as atribuições dos Três Poderes da República para avaliar se o que o deputado ou senador está prometendo na campanha não extrapola os limites do cargo. "Em seguida, é fundamental investigar as características dele, sua habilidade e caráter. Por fim, tão importante quanto, é a fase pós-eleitoral", explica.

A ONG ainda se estrutura em Brasília, mas é uma das vozes dos moradores indignados da capital.

O Movimento Voto Consciente é apartidário e formado por voluntários. Existem vários núcleos em capitais brasileiras para acompanhar o desempenho de vereadores e deputados. A intenção é fazer o mesmo no DF, como afirma Edson Dezan. Uma das missões do grupo, que participa da Rede Interamericana pela Democracia, é fortalecer a democracia participativa em todas as Américas e no Caribe.

"É muito importante conhecer o passado do candidato, saber se ele tem problemas com a Justiça ou o que ele pode oferecer para a sua cidade", destaca. Para o coordenador da ONG, não é fácil criar uma cultura de acompanhamento do mandato do político. "O nível de consciência das pessoas é muito baixo", avalia. Consciência, de acordo com os dicionários, significa pleno conhecimento, acesso à informação, capacidade de discernir e entender, compreensão quanto ao contexto em que vivemos.

Prerrogativa de cidadão

As manifestações populares que surgiram pós-escândalo Arruda tiveram boa cobertura da imprensa. Se não fosse a ocupação da Câmara Legislativa do DF, dificilmente os deputados distritais – grande parte deles aliada do ex-governador – instalaria a Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) criada para investigar o caso.

Um dos participantes do Movimento Fora Arruda, o estudante de Engenharia Florestal da Universidade de Brasília (UnB) Abayomi Mandela Silva Feliz, 24 anos, considera fundamental chamar a atenção da população para casos como esse. O grupo que hoje integra o Fora Arruda é o mesmo que ocupou a reitoria da Universidade de Brasília em 2008, quando o reitor Timothy Mulholland foi acusado de desvio de recursos públicos. Ele acabou renunciando, pressionado por um processo que se iniciou (e se fortaleceu) com a mobilização dos estudantes.

Abayomi faz parte de um seletor grupo de estudantes politizados que se em-

JOSE ROSA



Edemilson Paraná: "As pessoas não têm porque votar nesses políticos envolvidos em escândalos"

Abayomi: "Todo cidadão deve ter a prerrogativa de retirar do cargo público aquele que ajudou a colocar"

JOSÉ ROSA



penha em mudar o histórico de corrupção nos órgãos públicos. "Todo cidadão precisa saber que pode tomar o poder nas mãos. E ele deve ter a prerrogativa de retirar do cargo público aquele que ajudou a colocar. Além de escolher o deputado ou senador, ele também tem o poder de retirá-lo do lá", defende.

O estudante e seus colegas de movimento queriam ter mais participação na tomada de decisões. Para eles, a Lei Orgânica do DF precisa ser modificada para evitar que só os de-

putados distritais tenham o poder de tirar o governador do cargo. "A população precisa ser ouvida. No caso Arruda, os julgadores estavam envolvidos no escândalo. Nós não tivemos a chance de opinar", exemplifica. "Se não fosse a determinação judicial, Arruda poderia ainda estar no cargo", avalia o jovem.

Abayomi cita ainda a dificuldade de mobilização social como um fator determinante para a participação na política. Nem mesmo a mídia, segundo ele, fortalece os movi-

mentos populares. "Quando contextualizam as matérias em jornais ou sites, as empresas de comunicação deixam de fora o dia em que ocupamos o plenário da Câmara Legislativa ou a manifestação que fizemos em frente ao Buriti. É como se isso não tivesse importância", reclama. Para o estudante, as manifestações populares determinaram a mudança no poder da cidade.

O jornalista e militante da Campanha Vote para Mudar, Edemilson Paraná, 21 anos, terá uma longa e difícil missão nos próximos meses: conscientizar os jovens que votarão pela primeira vez a exercer a sua prerrogativa de cidadão com consciência.

A Campanha Vote para Mudar é contra o voto nulo; ela defende o voto consciente como uma ferramenta para tirar os velhos coronéis políticos do poder. "Vamos lutar, por exemplo, para que Roriz não seja eleito. As pessoas não têm porque votar nesses políticos envolvidos em escândalos e precisam sa-

ber escolher alguém que possa mudar o cenário da cidade", afirma Paraná.

Segundo o militante, a campanha Vote para Mudar pretende também estimular os eleitores a votar no DF — muitos moradores têm título registrado em outra unidade da Federação e precisam pedir a mudança de domicílio eleitoral para votar na cidade. "A característica de Brasília é essa, mas é necessário que esses moradores percebam que precisam votar e escolher os seus representantes no DF", defende Paraná.

Um processo de educação coletiva

Os políticos não nascem no primeiro dia de campanha, assinala o professor Leonardo Barreto, pesquisador do Instituto de Ciência Política da UnB e coordenador do curso de Ciência Política da AEUDF. Eles já estão entre nós, são representantes do povo. "Temos é que prestar mais atenção e submeter os políticos a avaliações mais rigorosas, para podermos votar com consistência e segurança", defende.

O cenário político só vai mudar, segundo Barreto, se a população perceber que precisa dar um sentido para o voto. Características como honestidade, competência e preparo devem prevalecer. "É um processo de educação coletiva por meio da democracia. Não é só educação escolar. Só se chega ao voto consciente dessa forma", entende.

Leonardo Barreto lamenta que ainda haja eleitor que considere o "rouba, mas faz" condicionante para o



JOSSONIR BRITTO

“O cenário político só vai mudar se a população perceber que precisa dar um sentido para o voto. Características como honestidade, competência e preparo devem prevalecer.”

Leonardo Barreto, pesquisador do Instituto de Ciência Política da UnB

Oriente-se

- Não basta votar: é preciso saber escolher o candidato.
- É essencial conferir se o candidato é honesto, se preocupa com o bem comum e está comprometido com a realidade da sua comunidade.
- O voto ético e consciente ajuda a fortalecer a democracia.
- Antes das eleições, conheça o programa do seu candidato.
- Depois das eleições, cobre dele o cumprimento do programa.

Fonte: Movimento de Combate à Corrupção Eleitoral

voto. "O que está no cerne dessa questão é a ideia de que todos os políticos são iguais. Eles entendem que não há opção virtuosa", critica. E cita o caso do ex-governador Joaquim Roriz, que privilegiou parte da população com cessão de lotes, pão e leite. Para o cientista político, essa população vota ou tenta votar de forma racional, mas a forma é duvidosa.

Na opinião de Leonardo Barreto, grande parte dos moradores do Plano Piloto, Lago Sul e Norte e Sudoeste agem como se não precisassem da Câmara Legislativa do DF e do governo local, porque o poder econômico é maior. Por isso, não se importam em eleger seus representantes. Na periferia do DF, porém, a disputa chega a ser violenta. Há confrontos en-

tre moradores, correligionários e os próprios candidatos.

Em todo o Brasil, milhares de eleitores escolhem os candidatos colhendo informações de última hora, alguns até mesmo pegando "santinhos" a caminho do local de votação. Essa prática ilustra como os brasileiros não votam de forma consciente. O voto consciente, dizem os especialistas, é apenas uma parte do processo de vivência política. Ele só ocorre se houver esclarecimentos sobre as votações, as funções dos cargos e dos partidos, o entendimento da propaganda eleitoral e das alianças partidárias. E, claro, se houver consciência de que é preciso ficar de olho no que os políticos fazem depois de assumir seus mandatos.

Triste histórico de corrupção

A professora Rita Biason, do Departamento de Relações Internacionais da Universidade Estadual Paulista, afirma que a corrupção eleitoral é um capítulo singular na história brasileira. Para ela, a participação na política representa uma forma de enriquecimento fácil e rápido, na maioria das vezes sem cumprir os compromissos feitos durante as campanhas eleitorais, e sujeitando-se à influência dos grupos econômicos dominantes no país.

Biason lembra que no Brasil Império (1822–1889) só quem possuísse uma determinada renda mínima podia participar do processo eleitoral. E na República Velha, após 1889, o voto “de cabresto” foi a marca registrada. O proprietário de latifúndio, chamado

de “coronel”, determinava o voto dos seus empregados. Havia também o voto comprado – prática ainda comum nos dias de hoje.

E as práticas de corrupção se perpetuaram. “Esses atos ilícitos reaparecem como em um ciclo, dando a impressão que o problema é cultural, quando na verdade é falta de controle, de prestação de contas, de punição e de cumprimento das leis”, afirma Rita Biason.

Para a professora, a tolerância a pequenas violações – como o dinheiro pago a um funcionário público para obter algum benefício ou o motorista que paga ao guarda de trânsito para não ser multado – alimenta esse processo, e por isso essa tolerância não pode mais ser praticada no país.

“Atos ilícitos reaparecem como em um ciclo, dando a impressão que o problema é cultural, quando na verdade é falta de controle, de prestação de contas, de punição e de cumprimento das leis.”

Rita Biason,
professora de Relações
Internacionais da
Universidade Estadual Paulista

**TODA A LINHA FORD
COM DESCONTO E FATURAMENTO
DE FÁBRICA PARA FILIADOS
AO SINDJUS.**



www.slavierobsb.com.br | 505 Sul – 2104-0044 | SIA Trecho 1 – 2193-4444



Slaviero
por você cada vez +

Promoção válida até 31/5/2010. Cadastro sujeito a aprovação.
Imagens somente para fins ilustrativos. Reservamo-nos o direito de corrigir possíveis erros de digitação.

Se beber Não dirija



Você sabe votar?

“O povo brasileiro não sabe votar.” Ainda nos tempos da ditadura militar, a famosa frase de Pelé causou indignação na esquerda e foi apropriada pela direita como argumento para defender as eleições indiretas. Permanece, porém, tristemente atual. O direito do voto é garantido por lei e define o regime democrático, assim como define a cidadania – pela lei, só é cidadão aquele que está habilitado a votar. Mas será que os brasileiros exercem esse direito com consciência e responsabilidade? Mais do que o direito, o cidadão tem também o dever de acompanhar o desempenho do seu candidato, cobrar a realização das promessas de campanha, exigir responsabilidade e honestidade. Na ressaca do escândalo que derrubou o governador do DF – eleito pelo povo –, a reportagem do Sindjus foi a campo saber como os servidores veem essa questão.

FOTOS: JOÃO PAULO BARBOSA



Eu procuro informações sobre os candidatos. Tive algumas decepções com os que elegi, mas cogito votar em determinadas pessoas mesmo com ressalvas, porque o leque de opções está pequeno e há vícios que se repetem. Há muita impunidade. Administradores e parlamentares se envolvem em desvios de recursos públicos e não são punidos como deveriam.

Alexandre Martins Amorim,
técnico judiciário do TST



Eu procuro informações no site Transparência Brasil, na Câmara e no Senado. As propagandas não são suficientes; o eleitor deve pesquisar o passado e acompanhar a trajetória dos que são eleitos. Sou contra o voto nulo e em branco, porque o cidadão abdica do seu direito de votar. O voto nulo é um protesto sem grandes efeitos.

Givaldo Guerreiro Araújo,
técnico admin. da PRDF



Eu geralmente não pesquiso sobre os candidatos. Defino o nome a partir das campanhas e dos jornais, mas sei que não é suficiente. Desde os 16 anos eu voto; acompanho a trajetória dos candidatos e todos, sem exceção, deixaram a desejar. Nesta eleição quero pesquisar melhor e votar com consciência.

Aline de Souza Mendes,
técnica adm. da PRDF



Eu sempre pesquiso sobre o candidato, acompanho a trajetória dele. O eleitor tem que votar com consciência, e não é só por causa das promessas que fazem, que nem sempre são cumpridas. O eleitor precisa estar ciente da conduta do candidato olhando o passado dele e também vendo se ele faz o que promete.

Francisco José Pierre Carneiro Jr., técnico judic. do TST



Saber a procedência do candidato é muito importante. Temos um legado muito forte da época da colonização, e não temos consciência da real importância de um voto, do exercício da cidadania. Ações de conscientização para fomentar o comprometimento com a política podem fazer uma grande diferença na sociedade.

Fabiane Freitas de Almeida Pinto, analista judic. do TST



Nunca esperei nada de políticos, eles não cumprem o que prometem. Em Goiás, para governador, escolhi um candidato da oposição, porque o PSDB para o funcionalismo público é péssimo, ficaríamos sem aumento. O presidente Lula tem governado bem, mas infelizmente o mensalão foi muito acobertado, ficou ruim para a imagem do governo.

Jonatas de Carvalho Faria, analista judiciário do TST



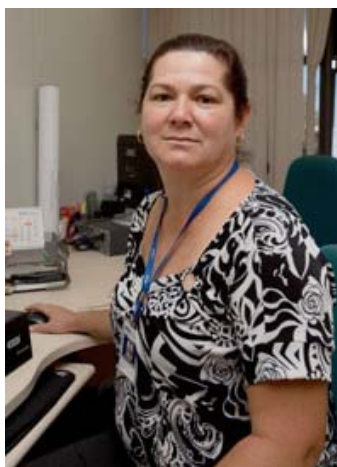
Se os eleitores tivessem pesquisado o passado dos políticos, muitos não seriam eleitos. Mas tem muitos eleitores que já estão fazendo sua parte, ao apoiar o Movimento de Combate à Corrupção e a Campanha Ficha Limpa. Eu não voto em nenhum deputado que se opuser a projetos que visam moralizar a política.

Leonardo Silva Pinto, técnico administrativo da PRDF



Meu título é de Belo Horizonte, nunca o transferi. O que vejo na política não me estimula a votar. Se eu tivesse que votar, anularia o voto. Não vejo em nenhum político um sinal de esperança. Acredito que muitos, quando chegam, têm boas intenções, mas são facilmente corrompidos por dinheiro e poder. Isso é muito triste.

Vera Lúcia Nonato, analista judiciária do TST



Defendo a Teocracia, governo da parte de Deus. Participo das eleições porque é obrigatório, mas sempre anulo o voto. Mas eu sofro as consequências de um governo ruim. Sou penalizada pela escolha da maioria. Vejo a discrepância do discurso antes e após as eleições; os governantes não têm cumprido o que prometem.

Valterina Leite Rocha Pereira, técnica adm. da PRDF



O eleitor não deve cruzar os braços, porque o brasileiro, geralmente, aceita tudo muito bem. Acho que todos devem visitar o Congresso, enviar e-mails cobrando dos parlamentares; já que nós os colocamos no poder, então vamos cobrar. Normalmente nada é perfeito, mas acho que o presidente tem feito um bom trabalho.

Meique Miler Pantoja da Costa, técnico adm. da PRDF



Eu sempre pesquiso o passado dos candidatos em sites e na imprensa. Alguns deixaram a desejar, outros cumpriram um pouco do que prometeram. Este ano, os que não realizaram o que prometeram estão fora da minha lista. Acho que os eleitores devem cobrar mais dos políticos, mandar e-mails, visitar os gabinetes. É nosso dever.

Silvana Mara S. Melo, técnica adm. da PRDF



Quando não conheço o passado do candidato, eu não voto. Isso ocorre porque às vezes não tenho tempo para pesquisar. Procuro me informar sobre as promessas dos candidatos na imprensa. Acho que os políticos devem agir com consciência. Se promete, tem que cumprir.

Antônio Carlos Bessoni de Almeida, téc. judic. do TST

Teresinha Lucas emprega sua inesgotável energia para humanizar o HRAN com jardins, lanches para pacientes carentes, pintura nova nos corredores, cantinhos especiais para as crianças... Tudo com doações e trabalho voluntário

Ao hospital, com carinho

Usha Velasco

Dizem que toda instituição tem o seu “pé de boi”, aquela pessoa que não hesita em tomar providências e sempre parece saber o caminho para resolver todo tipo de problema. No Hospital Regional da Asa Norte (HRAN), o pé de boi é Dona Teresinha Lucas, uma cearense lutadora e de personalidade forte. “Eu trabalho com afinco. Eu faço mesmo”, afirma, com os olhos brilhando. Apesar de comandar uma equipe, ela não se furta a colocar a mão na massa: cava os jardins, pinta o piso, conserta torneiras.

Aos 70 anos, aposentada, Teresinha continua dando expediente todos os dias, mesmo aos sábados e domingos. “Venho sempre que precisa, não me importa o dia da semana”, diz. “Pode colocar aí que ela trabalha 24 horas por dia”, acrescenta Rilda Evangelista de Andrade, auxiliar de serviços do HRAN na área de Manutenção Ambiental, o setor que Dona Teresinha comanda.

Ela realmente não mede esforços. Costura parcerias com empresas, embaixadas, entidades públicas. Consegue patrocínios e doações. “Eu perturbo muito”, brinca. “Muitas vezes compro com meu próprio dinheiro. Num hospital, a gente

não pode deixar as coisas faltarem.”

Foi assim que Dona Teresinha conseguiu mesas, cadeiras, computadores, geladeiras, ar condicionado, cantinhos especiais para as crianças internadas e até a duplicação do estacionamento. Recentemente obteve doações para pintar as paredes internas de boa parte do hospital. “Ficou tudo branquinho! Minha casa é limpa, então esse hospital tem que ser limpo também”, diz ela, enérgica, enquanto percorre os corredores a passo acelerado e é cumprimentada por cada funcionário com um sorriso.

“A gente luta contra muitas dificuldades. Todo canto aqui precisa de apoio”, explica. Até a água mineral que se bebe hoje no hospital foi Dona Teresinha que conseguiu, com doações de supermercados. Isso porque, com a gripe suína, todos os bebedores foram retirados. Agora que o pior já passou, a luta é para conseguir os bebedores de volta. No dia da reportagem ela foi a uma reunião no Corpo de Bombeiros, para tratar desse assunto.

Um dos orgulhos de Teresinha são os jardins, que ela construiu em todos os cantos onde havia um pedaço de terra. Um deles, o jardim central do prédio das enfermarias, tornou-se um oásis para os pacientes internados. “Ficar no verde é uma terapia para eles”, observa a auxiliar Rilda Evangelista. Por acreditar que o ambiente bonito e o contato com o verde são impor-

ARTHUR MONTEIRO



Teresinha: vocação para ajudar o próximo inspirou mudança para Brasília, depois de ver o hospital Sarah numa revista

tantes para o bem-estar dos pacientes, Teresinha empenhou-se em fazer o jardim. “A Novacap cobrou R\$ 15.800,00 pelo serviço, mas não tínhamos dinheiro. Então corri atrás de doações de mudas e equipamentos, fiz mutirões, coloquei todo mundo para trabalhar. Até os médicos participaram”, conta.

No HRAN funciona a única unidade especializada em queimaduras do DF e entorno. Muitos pacientes vêm de outros estados para trocar curativos três vezes por semana. “Tem gente que sai da Bahia às quatro horas da manhã e chega de volta em casa à noite. Muitos ficavam o dia todo aqui sem comer”, conta Teresinha.

INICIATIVA

“ Não é só o governo que tem que fazer as coisas; a gente também tem que fazer a nossa parte ”



Incomodada com isso, ela pediu patrocínios a supermercados e, a partir daí, passou a oferecer um lanche a todos. Hoje a alimentação beneficia também outros pacientes, que muitas vezes aguardam horas pelo atendimento, e os servidores mais carentes. A ideia foi de Teresinha, não do hospital. “Não é só o governo que tem que fazer as coisas; a gente também tem que fazer a nossa parte”, acredita.

Infelizmente, nem todo mundo pensa assim. Tanta iniciativa rendeu à Teresinha a inimizade de alguns poderosos. Ela conta que, entre outras perseguições, maiores e menores, já foi demitida e readmitida, e já viu parte do seu jardim ser destru-

ída e depois replantada. “Os muros iam caindo em cima de mim, mas eu não me assustava. Eu chutava o entulho e passava”, diz ela, rindo.

Teresinha veio de Fortaleza para Brasília trabalhar como auxiliar de enfermagem no Sarah, depois que leu uma reportagem sobre o hospital, nos anos 70. “Achei o trabalho bonito e quis participar”, conta. Fez curso de instrumentação cirúrgica em São Paulo e foi a instrumentadora na operação que tentou salvar a vida de Tancredo Neves. Casou-se duas vezes, teve três filhos. Inquieta, formou-se em Pedagogia em Goiânia e em Direito em Brasília, vivendo entre as duas cida-

des. Trabalhou na Defensoria Pública, no Juizado Especial Criminal e até na Papuda, mas acabou escolhendo voltar ao serviço nos hospitais. “Aqui as pessoas precisam muito mais de mim”, avalia.

“Um dos objetivos do nosso trabalho é humanizar o hospital”, conta Teresinha. E isso ela tem conseguido. Com sua preocupação com o bem-estar dos pacientes, sua diligência de formiguinha e sua energia de trator, a cada dia ela transforma o seu local de trabalho em um lugar melhor, como avalia seu colega no HRAN, o médico Lázaro Marques de Andrade: “A medicina era para ser assim: uma medicina do carinho.”



André Luis Macedo, especialista em Psiquiatria, formou-se em Medicina pela UnB e fez residência em Psiquiatria no Hospital de Base do DF. É psiquiatra do TJDF, membro da Associação Brasileira de Psiquiatria (ABP) e da Associação Psiquiátrica de Brasília (APB).



Yuri Matsumoto Macedo formou-se em Medicina pela Universidade Federal do Pará, pós-graduou-se em Medicina do Trabalho pela Universidade Estadual do Pará e fez residência em Psiquiatria no Hospital de Base do DF. Publicou o livro *Louco é quem me diz* (2005), com casos verídicos de pacientes psiquiátricos. Também é membro da ABP e APBr.

A partir deste mês, os psiquiatras André Luis Macedo e Yuri Matsumoto Macedo publicarão aqui uma série de artigos sobre saúde mental. Para saber mais sobre o trabalho deles, acesse www.animaconsultorio.site.med.br

Mal segredo

A fobia social é mais grave que a simples timidez; pode levar ao isolamento e prejudicar a carreira e os relacionamentos

Você tem medo de falar em público? Sente-se julgado ou observado pelos outros? Sente-se inseguro para conhecer pessoas? Treme, sua muito, fica vermelho em situações sociais? Prefere comer ou escrever sem que ninguém veja? Tem dificuldades para paquerar, fazer amizades, ir a festas, realizar testes? Deixa de reclamar de coisas que lhe desagradam? Fica envergonhado de olhar nos olhos das outras pessoas?

Todos nós podemos ter essas reações um dia ou outro de nossas vidas, porém certas pessoas as terão sempre e de forma muito intensa. A fobia social é o medo patológico de ser avaliado ou julgado em situações que envolvam outras pessoas ou testes de desempenho. Nesses momentos, os portadores de fobia social também sentem, além de um grande desconforto, sintomas físicos como palpitações, suor excessivo, dores, rubor na face, tremor, necessidade de urinar ou evacuar, inquietação etc.

E mais: mesmo que saibam que esse medo é exagerado ou irracional, farão de tudo para evitar as situações sociais embaraçosas, causando, com isso, vários danos em sua vida, como isolamento social e grande limitação no trabalho e nos relacionamentos. Estima-se que entre 7% e 13% da população apresentem sintomas de fobia social.

É importante lembrar que a fobia social gera mais prejuízos e é mais grave que uma simples timidez, não sendo superada apenas com a força de vontade. Os fóbicos sociais comumente são esti-

mulados e até mesmo forçados por colegas e familiares a "se superarem" mediante testes e exposições, porém essas situações só lhes trazem mais angústia e humilhação.

Alguns portadores de fobia social têm variados sintomas ao mesmo tempo e evitam todo e qualquer contato social, desde festas até trabalhos que envolvam lidar com o público. Porém, outros portadores têm o modo "circunscrito" da doença, apresentando medo apenas em um tipo de situação social: uns têm medo apenas de escrever na frente dos outros, ou apenas de dar palestras, ou até mesmo de usar um banheiro público.

Dependendo do tipo, da época de surgimento e do grau da patologia, os fóbicos sociais terminam escolhendo profissões onde trabalham sozinhos, tendem a assumir menos responsabilidades, faltam a reuniões, não apresentam trabalhos de escola, deixam de ir a cinemas, teatros e festas, usam drogas e álcool para se sentir mais relaxados e frequentemente deixam de desenvolver todo o seu potencial para evitar as situações constrangedoras.

Na maior parte dos casos, o tratamento da fobia social envolve o uso de medicamentos associados à psicoterapia, especialmente a terapia cognitivo-comportamental, necessitando de avaliação criteriosa para cada caso. A duração é variável, assim como a resposta de cada indivíduo. Mas é possível, sim, tratar esse distúrbio e evitar uma vida que pode progredir para a solidão, a tristeza e o fracasso.

"Essa doença me isolou do mundo"

"Aos vinte anos tive a primeira crise séria, no início de uma vida cheia de sonhos e planos. Os anos foram passando e não percebi que essa doença me isolou do mundo. Perdi muito tempo. Iniciei alguns tratamentos, mas abandonava quando me sentia um pouco melhor. Só aos 32 anos me dei conta do mal que a doença me fez. Não tinha mais vida social, não conseguia me abrir com meu esposo. Minha família muito raramente ouvia queixas; amigos, nem pensar.

As crises mais intensas eram nas filas de banco, na faculdade, ao apresentar um seminário, em qualquer situação que dependia da minha assinatura ou quando havia pessoas me observando. O mais difícil foi o trabalho como gerente. Vivia situações complicadas com clientes, empregados, fiscais. Lutava sozinha para que as pessoas não percebessem meu problema. Foi muito difícil. Muitas vezes me trancava no banheiro e chorava.

Um dia decidi expor esse sofrimento para os colegas de trabalho, amigos e família. Fui apoiada por todos e iniciei um tratamento com psicólogo e psiquiatra. Hoje, após o tratamento, vivo em constante desafio. Cada situação em que consigo me sair bem é uma grande vitória. Estou resgatando a minha felicidade com uma única certeza: desistir jamais. A fobia não tratada destrói sonhos e vi-

das. Não devemos ocultar, é necessário um tratamento com profissionais e o apoio dos amigos e da família."

**Cíntia, 34 anos,
gerente de restaurante**

"Eu me sentia inferior ao outros"

Nunca fui uma pessoa popular, mas só percebi que tinha problemas para me relacionar quando entrei na faculdade. Sempre tentava fazer os trabalhos de grupo sozinho porque pensava que os colegas iriam me achar idiota. Eu me sentia inferior, menos inteligente que os outros. Não conseguia realizar coisas simples como me expressar numa roda de colegas, usar o banheiro público (a menos que não tivesse ninguém dentro), entrar numa loja para comprar roupa...

Com o passar do tempo a situação foi piorando, a idade ia chegando e eu era o único da turma que não tinha namorada. Passei a ficar mais isolado, saía menos, passava a maior parte do tempo trancado no meu quarto. Embora tivesse muita dificuldade, continuei meus estudos, passei em concurso, me tornei advogado e encontrei uma pessoa que respeitava a minha limitação.

Durante todo esse tempo, nunca tive coragem de conversar com minha família sobre o que eu sentia. Logo que comecei a trabalhar não pensei duas

vezes, fui em busca de um tratamento. Hoje tenho acompanhamento de uma psicóloga e de uma psiquiatra. Posso dizer que minha vida está mudando, estou muito mais leve, sem me preocupar tanto com o que as pessoas pensam de mim."

**Leandro, 29 anos,
advogado e servidor público**

"Estou voltando a ser o que eu era"

Na minha vida escolar e na faculdade eu era sociável, era representante de sala, participava do centro acadêmico... Mas, conforme fui ficando mais velha, assumindo compromissos e enfrentando desafios na minha vida profissional, fui adquirindo um mal-estar quando estava em espaços com muita gente, uma ansiedade desmedida antes de falar em público ou de exercer alguma posição que representasse autoridade. Aos poucos isso foi se transformando em fobia social. O curioso é que sempre gostei de falar em público e ter contato com pessoas. Mas fui ficando com medo. Hoje tenho tentado diminuir isso. Com a ajuda de psicanálise e de remédios, estou recuperando o prazer de estar em público e voltando a ser o que eu era.

**Marina, 34 anos,
graduada em Direito**

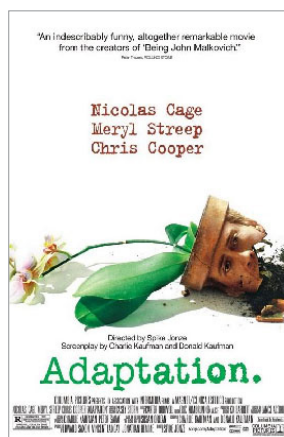
FOBIA SOCIAL NO CINEMA

Confira três filmes que abordam esse distúrbio

ADAPTAÇÃO: EUA, 2002. Comédia, 114 min. Direção de Spike Jonze. Com Nicolas Cage e Meryl Streep.

LAURA: EUA, 1944. Policial, 85 min. Direção de Otto Preminger. Com Gene Tierney e Dana Andrews.

SONHOS DE UM SEDUTOR (Play it Again, Sam!): EUA, 1972. Comédia, 81 min. Direção de Herbert Ross. Com Woody Allen e Diane Keaton.



Ninho de boas ideias

Final feliz: após três anos de briga, vizinhos se entendem com a conciliação da Justiça Comunitária



*Servidores do
MPDFT e TJDF
consolidam projetos
de boas práticas
na Justiça e mudam
a forma de tratar
conflitos, dos
mais simples aos
mais complexos*



CARLOS ALVES

Carlos Tavares e Thais Assunção

Justiza Comunitária, Pai Legal, Sempre Viva, Maternidade Cidadã – na última década, o Distrito Federal se transformou em uma espécie de laboratório de boas práticas da Justiça, ao disseminar projetos que ajudam as pessoas a resgatar seus direitos de cidadania e a tornar menos tensas as relações sociais dentro e fora do lar. No trabalho, na comunidade e na família, essas ações ajudam a criar um sentimento de “empoderamento social”, nas palavras da juíza Carla Patrícia Frade Nogueira Lopes, coordenadora do projeto Justiça Comunitária, com sede no Fórum de Taguatinga.

“Com essas iniciativas mostramos ao cidadão que ele pode resolver seus conflitos e que o conflito pode ser até mesmo uma forma de diálogo positivo na relação entre as pessoas”, explica a magistrada, que prepara com sua equipe a comemoração dos dez anos do Justiça Comunitária, em outubro próximo. Um dos exemplos do êxito do programa foi o desfecho do conflito entre Seu Cícero e os vizinhos, resolvido no dia 30 de abril.

Seu Cícero, 81 anos, prefere ser chamado de Ceará, em homenagem à sua terra. Apesar de viver em Ceilândia há mais de trinta anos, é com o Ceará que ele se importa; sonha em voltar, mas esse sonho foi ficando mesmo por aqui e ele passou a transferir para sua chácara no P Norte todo o clima do sertão cearense. Plantou árvores frutíferas, fez roças de milho e feijão, viu brotar hortaliças no canteiro e o pomar continua verde como sempre, há três décadas.

O erro de seu Ceará foi pensar que aquela terra era só dele. E era, no começo. Tem orgulho de ser pioneiro, de ter assistido a ocupação das áreas e a ampliação do Condomínio Pôr-do-Sol. Embora tenha a escritura da terra onde mora, resolveu fazer uma cerca no meio de uma rua que era passagem para moradores da região, e os vizinhos passaram a ser obrigados a dar uma volta de mais de 500 metros para chegar em casa.

Ninguém gostou. De líder e bom vizinho, ele passou a pivô de uma briga que já durava três anos. Mas no dia 30 de abril o conflito acabou, graças à equipe

do programa Justiça Comunitária. “Ele disse que só ia retirar a cerca em setembro, mas fez isso ontem mesmo e ainda avisou todo mundo. Nós fomos ver o desfecho de nossas ações no condomínio”, conta, com orgulho, a agente comunitária Deus-Eli, que está no projeto desde o ano 2000. “Não precisou de polícia, de processos na Justiça, nada disso. Só com o trabalho de mediação e conversas com todas as partes, chegamos a um consenso”, comemora ela.

Segundo relatos da população do Pôr-do-Sol, por causa da cerca de seu Ceará ocorreram assaltos e até ameaças de estupro, tudo registrado na 15ª Delegacia de Polícia. “Mas isso já passou, agora vamos ter mais segurança”, diz Paulo Siqueira, um dos vizinhos que fez as pazes com o cearense. “Eu já estou muito velho para confusão. Agora eu quero é paz e voltar à minha terra antes de morrer”, suspira Seu Cícero.

A empregada doméstica Margarida* foi outra cliente do programa. Certo dia, quando voltava do mercado na região central de Ceilândia, um carro a atropelou. Ela teve costelas e pernas fraturadas, entre outras lesões graves. Mas, não fosse o Justiça Comunitária, hoje estaria em situação ainda pior de saúde e de sobrevivência material. “Ela nunca tinha ouvido falar no DPVAT (seguro de Danos Pessoais Causados por Veículos de Via Terrestre)”, conta o agente comunitário Valdecir Pereira da Silva, um dos pioneiros do projeto.

A questão poderia ter ido para a Justiça Criminal, não fosse a intervenção que resultou no pagamento do seguro a Margarida. A motorista quis reagir de forma desfavorável ao acordo, mas recuou e pagou os valores previstos em lei. “A mediação é uma coisa nova para o brasileiro. Nossa proposta é criar uma rede social de educação para o direito das pessoas. A mediação, em resumo, é a arte da comunicação”, afirma Valdecir.

DIALÓGO

“A mediação é uma coisa nova para o brasileiro. Nossa proposta é criar uma rede social de educação para o direito das pessoas. A mediação é a arte da comunicação.”

Valdecir Pereira da Silva,
agente comunitário

Equipe do
Sempre Viva:
dedicação e
resultados
visíveis



JOÃO PAULO BARBOSA

Em defesa da vida

Mulheres como Isaura* atestam a importância do programa Sempre Viva, da Promotoria de Justiça da Ceilândia. Nos últimos quatro anos, o marido dela passou a beber demais

e a ficar agressivo, até que uma noite passou da conta. Chegou de madrugada em casa, bêbado e ensandecido, com a ideia fixa de que Isaura saía com outros homens. Durante a discussão, perdeu o controle e tentou esganar a mulher com quem vivia há nove

anos. Ele se descuidou, aliviou a pressão, eu peguei um martelo de bater carne na pia e avancei para ele. Era a minha única chance", contou Isaura, com a voz entrecortada, após mais uma sessão de terapia de grupo do Sempre Viva.

Enquanto isso Sofia*, a filha, passeia pelos corredores do Fórum com um boneco debaixo do braço. "Ela me salvou. Se não fossem os gritos e o choro dela, eu não estaria aqui contando essa história", diz Isaura, olhando com carinho para a menina de 9 anos. O ex-marido saiu de casa há mais de um ano, mas visita a filha com frequência. "Ele é louco de amor por essa menina", diz a mãe, com lágrimas nos olhos.

Garantir a proteção da mulher em situação de violência doméstica é a razão de ser do programa Sempre Viva. Inspirado na Lei Maria da Pe-

nha, o projeto vai muito além do boletim de ocorrência. "Nós proporcionamos atendimento social, psicológico e jurídico, e fortalecemos essa rede de proteção com parcerias fundamentais para seu funcionamento", explica a promotora Alessandra Morato, coordenadora do programa, referindo-se à participação de várias instituições, como os Alcoólicos Anônimos, o Hospital Universitário da UnB, os Centros de Atuação Psicossocial do SUS e a Universidade Católica, entre outras. Em abril deste ano, o Sempre Viva ocupou a oitava colocação entre os quinze melhores projetos do país, segundo classificação do Departamento Penitenciário Nacional.

Hoje, quase dois anos após a briga que quase a matou, Isaura estuda na UnB (passou no vestibular no ano passado). Quer ser assistente social para ajudar mulheres como ela a vencer o trauma de serem espancadas. "Ele passou um bom tempo preso, e agora o pessoal do projeto está ten-

APOIO

Há três anos, apenas

1,54%

das mulheres vítimas de violência doméstica recebiam atendimento psicossocial. Hoje essa taxa, embora ainda pequena, subiu para

56%

anos. "Eu estava perto de perder os sentidos, sufocada, nem gritar eu podia. Foi quando minha filha acordou e entrou na cozinha chorando e gri-

tando fazer com que ele participe do acompanhamento no grupo de homens", diz Isaura.

Os grupos de terapia coletiva do Sempre Viva funcionam duas vezes por semana, na segunda-feira para os homens e na sexta para as mulheres. Muitas delas acabam voltando a morar com o agressor, mas não é o caso de Isaura. "Não aguentava mais os ciúmes e a violência", desabafa a mulher, que frequenta as reuniões comandadas por duas psicólogas do projeto – Renata Gomes e Raquel Monteiro – há poucas semanas. "Eles me procuraram, foram na minha casa

e eu vi que isso podia ser uma coisa boa para mim", diz. "Vou refazer minha vida e cuidar da minha filha para que ela não passe o que passei", afirma ela, com segurança.

Os primeiros passos do programa foram dados após uma pesquisa com resultados alarmantes, realizada entre 2006 e 2007. "Nós vimos como a Justiça trata a violência doméstica: 98% dos casos eram arquivados e havia menos de 2% de acompanhamento jurídico e psicossocial", lembra Alessandra Morato. Por isso, em 2007 o foco foi o atendimento psicossocial. Mesmo com um quadro de pessoal

pequeno, a equipe conseguiu que em 2009 a taxa desse tipo de apoio saltasse para 56%.

Mas o Sempre Viva pretende mais do que fazer encaminhamentos jurídicos e atendimento psicossocial. A ideia também é reinserir a mulher no mercado de trabalho. "A mulher em situação de vulnerabilidade está pressionada de todas as formas, com auto-estima baixa, completamente desprotegida. Procuramos criar mecanismos de apoio para que ela se recupere e resgate sua cidadania", explica a coordenadora.

O programa inovou também ao tratar do outro lado da violência doméstica: o agressor, também contemplado nos grupos de apoio. Segundo Alessandra, o perfil do agressor segue um padrão que pouco se altera. "Em geral eles são bons colegas de trabalho, funcionários exemplares e simpáticos. E cerca de 80% dos casos de violência são registrados em casais com filhos", afirma. Os fatores que colaboram para abalar as relações domésticas são o estresse econômico, o desemprego, o isolamento social e o alcoolismo. "Temos uma preocupação em particular como homens que trabalham em setores de segurança e em corporações policiais, porque têm mais acesso a armas de fogo", comenta Maria do Socorro.

O apoio jurídico é outro aspecto importante do programa. A maioria das mulheres que chegam ao sistema de justiça criminal já apresentam histórico de violação de direitos. O atendimento jurídico presta esclarecimentos sobre ações cíveis como, divórcio, separação consensual, partilha de bens, guarda dos filhos e pensão alimentícia. Algumas vezes isso já basta para interromper o ciclo de violência. As partes envolvidas e as crianças recebem também atendimento social e são encaminhadas para áreas de saúde, na tentativa de agilizar consultas, cirurgias, etc., e de educação – escolas, creches e cursos profissionalizantes.



Criança aguarda a mãe que faz terapia na Ceilândia: programa reconstrói famílias

CARLOS ALVES

O nome do pai

Simone* passou a infância e adolescência à procura do pai. Mesmo sem um ponto de partida, ela não desistiu. Combatia com esperança a sensação de perda e vazio que a acompanhava. Até que em 2007, aos 22 anos de idade, o que parecia ser uma esperança frágil se concretizou. Ela sabia apenas o nome do pai e tinha uma vaga noção de sua profissão, mas foi o suficiente: ele caiu na malha de buscas do projeto Pai Legal nas Escolas, do MPDFT. Após uma série de investigações, com apoio da Polícia Federal e de agentes da Polícia Civil do Rio de Janeiro, o pai de Simone foi localizado em Lisboa, onde mora. Ele é um alto executivo da indústria farmacêutica, e seus advogados disseram ao MPDFT que o cliente estava disposto a fazer o teste de DNA.

Mas esse não é um capítulo de telenovela e não tem um final propriamente feliz. Embora tenha reconhecido o vínculo genético, o executivo se recusou a conhecer a filha. “Ela pediu que nós o convencêssemos, mas ele disse que não tinha interesse... Nesses casos, não podemos fazer nada”, lamenta a promotora Renata Borges, que comanda o projeto ao lado

da colega Leonora Brandão. Ela conta, porém, que há situações que rompem essa barreira emocional e comovem todos os profissionais envolvidos.

Foi o caso do adolescente Paulo*, morador de Brazlândia, que nasceu com deficiência auditiva. Ana*, a mãe, não contou ao pai do menino sobre a gravidez, porque eles mantiveram um relacionamento rápido e ela sentiu receio de que Fernando* rejeitasse a ela e ao filho. Paulo estava com 11 anos quando o projeto Pai Legal chamou Ana para declarar quem era o pai do menino. Notificado, Fernando compareceu à Promotoria e se dispôs a realizar o exame de DNA.

Os três se encontraram no laboratório. Fernando, acompanhado pela esposa Joana*, conheceu ali o filho e soube do seu problema de audição. Ocorre que sua esposa também é deficiente auditiva; encantada com o menino, tornou-se tradutora e facilitadora da comunicação entre pai e filho.

Fernando reconheceu o menino imediatamente depois do resultado positivo e firmou acordo de alimentos com a mãe. O procedimento foi encaminhado ao car-

tório, que expediu gratuitamente a segunda via da certidão de nascimento de Paulo, com o nome de seu pai e de seus avós paternos.

O Pai Legal nas Escolas existe desde 2002. O resultado da primeira audiência pública, em dezembro daquele ano, mostrou a importância da iniciativa: 100 reconhecimentos de paternidade foram realizados no ato e 300 procedimentos de averiguação de paternidade foram instaurados. Daí em diante o projeto não parou mais. Hoje, cerca de mil mães são chamadas ao MPDFT a cada mês para esclarecer a razão de o registro de nascimento do filho não ter o nome do pai.

De acordo com listagem elaborada pela secretaria das escolas, a mãe do estudante sem a paternidade estabelecida é convidada pelo MPDFT a qualificar o suposto pai. Havendo todos os dados, ele é logo notificado a comparecer a uma audiência para se posicionar quanto à paternidade a ele atribuída. Caso o pai não possa ser localizado, a Promotoria de Filiação faz pesquisas em bancos de dados da Receita Federal, do TSE, em escolas que ele tenha estudado, empresas em que tenha trabalhado, listagem telefônica ou via internet.

Na audiência realizada na Profide, o pai pode reconhecer a criança de imediato; caso contrário, a investigação prosseguirá. Se a negação da paternidade persistir, a mãe, a criança e o suposto pai podem se submeter ao exame de DNA. Hoje, são várias as possibilidades de realização do exame — por meio da Polícia Civil do DF, em laboratório particular custeado pelo Fundo DNA, do MPDFT, ou pela própria mãe e o suposto pai.

No caso de pais renitentes, que resistem até ao resultado positivo do exame, o promotor pode ajuizar ação de investigação de paternidade cumulada com alimentos, na Vara de Família. Após o consequente reconhecimento da paternidade, a Justiça manda que o Cartório inclua o nome do pai e dos avós paternos na certidão de nascimento.

Renata Borges:
direito à
paternidade
estabelecida



CARLOS ALVES



A pequena Vitória no colo da mãe: certidão pronta no hospital



Tavernard: "Cartório onde o cidadão precisa"

FOTOS: JOSSONHIR BRITTO

Maternidade cidadã

Três dias após nascer, a pequena Vitória Garrido Teixeira foi registrada no Hospital Materno-Infantil de Brasília (HMIB). Os pais, Leidiana Lima Garrido Teixeira e Francisco da Silva Teixeira Garrido, estavam radiantes com a filha caçula. "Recebi alta hoje, mas não podia ir embora sem registrar a minha filha", disse a mãe. Leidiana e Francisco estão exercendo o direito previsto pela lei 9.534, que vigora desde 1997 e garante a gratuidade do registro de nascimento, da primeira certidão de nascimento e dos assentos de óbito.

Mas a dificuldade de deslocamento e a localização dos cartórios prejudicam a realização dos registros e muitas vezes as crianças, já com sete anos de idade, não têm documento para iniciar a vida escolar. "Os índices registrados na década de 90 já apontavam um alto número de sub-registros", explica o coordenador de Correição e Inspeção Extrajudicial do TJDF, Alexandre José Tavernard Lima.

Para solucionar esse problema, o TJDF, em parceria com a Associação dos Notários e Registradores (Anoreg), criou em 2002 o programa Maternidade de Cidadã, que instalou postos avançados de registro civil nas principais maternidades públicas do DF. Com isso os pais podem fazer o registro gratuito logo após o nascimento.

Em fevereiro de 2002 foi instalado o primeiro posto, no HMIB. Hoje o Maternidade Cidadã conta com 14 postos de registros avançados em todos os hospitais regionais, funcionando das 9 às 17 horas, inclusive aos sábados e domingos. "A recepção da comunidade é muito boa, porque o cartório está onde o cidadão precisa", ressalta Tavernard. Com isso o DF alcançou um dos mais altos índices de registro de nascimento do país: 99,3%. A média nacional é de 91% e a dos países desenvolvidos é de 96%.

*A maior riqueza do homem
é a sua incompletude.
Nesse ponto sou abastado.
Palavras que me aceitam como
sou – eu não aceito.
Não aguento ser apenas um
sujeito que abre
portas, que puxa válvulas,
que olha o relógio, que
compra pão às 6 horas da tarde,
que vai lá fora,
que aponta lápis,
que vê a uva etc. etc.
Perdoai
Mas eu preciso ser Outros.
Eu penso renovar o homem
usando borboletas.*

Manoel de Barros

Do alto dos seus 91 anos, o poeta Manoel de Barros ensina que o ser humano é incompleto, e que isso não é defeito; é qualidade. Assim como ele, muitas outras pessoas precisam ser Outras. E são. Esta coluna publicará mensalmente histórias de gente que concilia o serviço público com as mais diversas atividades. São atletas, chefes de cozinha, professores, pintores, mágicos, mecânicos, músicos... A lista não tem fim.

Vida de juiz

Thais Assunção

Uma profissão de risco, onde é possível ser maltratado, humilhado e até agredido – os xingamentos, as cobranças e as perseguições são elementos que fazem parte da rotina de um árbitro. Por que um profissional se sujeitaria a isso? A resposta é: por amor ao futebol. Quem pode definir esse amor que ultrapassa as barreiras do explicável é o árbitro Orlando Noleto, servidor do TSE e suplente de diretor do Sindjus.

Orlando nem sabe explicar quando o futebol surgiu em sua vida. “Eu jogo desde que me entendo. O futebol é o primeiro esporte do brasileiro, e eu, como bom brasileiro, me aventurei nos campos”, recorda. Na época, porém, ele nem imaginava que a arbitragem o encantaria ainda mais que as peladas e torneios que disputou como jogador.

Em meados da década de 80, um amigo resolveu promover um torneio de futebol para homenagear um filho que havia falecido e que era fã do esporte. Orlando aceitou o convite para ser árbitro. Antes, só havia participado de arbitragem em jogos amadores.

Os jogos foram disputados em Valparaíso. Lá um jogador profissional, Pedro Padera, ficou impressionado com o que viu: um jovem franzino mas com muita garra, atento a todos os lances, apitava com firmeza e autoridade, semelhante aos grandes árbitros profissionais. Pedro Padera disse a Noleto que o futuro dele estava na arbitragem, e que ele deveria fazer um curso e se profissionalizar.

Orlando, porém, continuou a apitar jogos amadores até que, alguns anos depois, surgiu um desafio: um campeonato de futsal. Era um esporte novo para ele, que não conhecia as regras, mas ele encarou a oportunidade e resolveu estudar o assunto em livros sobre arbitragem.

Mais uma vez, sua atuação foi elogiada. Menos de um ano depois Orlando foi convidado a apitar outro campeonato de futsal, no ginásio da Cidade Ocidental, diante de várias autoridades no esporte – entre elas o presidente da Federação de Futsal e o dire-

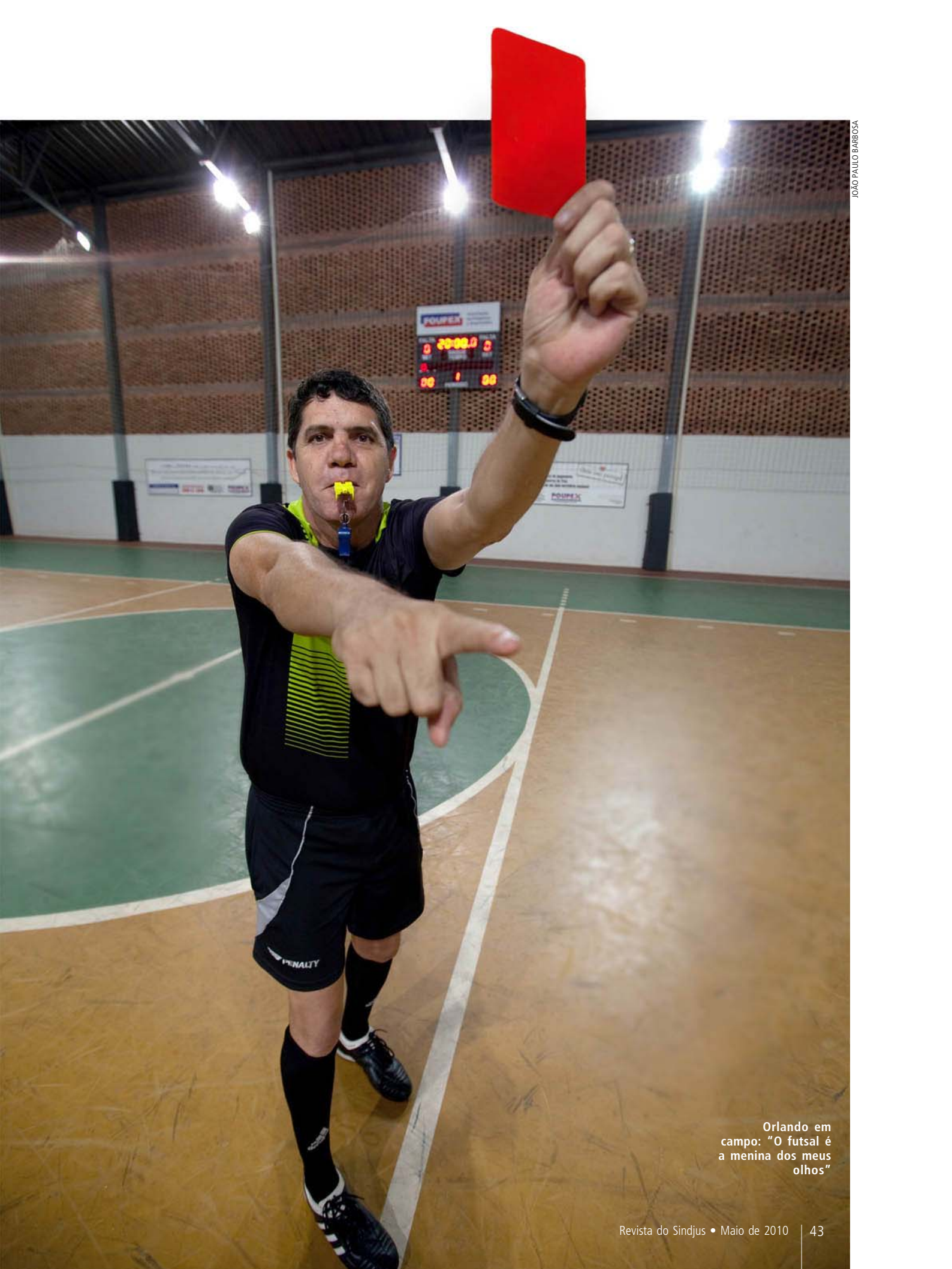
tor da FIFA e membro do Comitê Internacional de Futsal Samuel Gobel. Este disse a Orlando que ele, pela ótima atuação, seria convidado a participar do próximo curso de arbitragem da Federação de Futsal.

Dois ou três meses depois, Noleto fez seu primeiro curso de árbitro profissional, na Federação Brasileira de Futebol de Salão. Depois de oito meses de estudos teóricos e práticos, recebeu o certificado de conclusão e não parou mais de apitar. “Amo o que faço”, afirma. Às vezes ele até exagera na dose: “Um dia apitei oito jogos seguidos. Fiquei praticamente morto. Quando o ônibus parou em frente à minha casa eu não conseguia me levantar, minhas pernas não respondiam. Tive que pedir ajuda aos colegas.”

Ele conta também que a vida de árbitro tem seus dias de pesadelo. Com Orlando isso aconteceu numa final de campeonato na Cidade Ocidental, num jogo entre o Flamengo de Valparaíso e o Gaminha. Finda a partida, dez enfurecidos jogadores do time perdedor – o Gaminha – cercaram Noleto e o acusaram de ter favorecido o Flamengo. Não quiseram saber de explicações: o juiz levou uma coronhada de revólver na boca, perdeu dez dentes e ainda foi ameaçado de morte. “Quando o jogador apontou a arma para mim, vi um filme passando na minha cabeça. Achei que ia morrer. Lembro que corri e que ele deu cinco tiros para o alto”, conta.

Ele demorou três meses para se recuperar dos ferimentos e chegou a pensar em deixar o esporte, mas acabou retornado às quadras. “O futsal é minha coqueluche, é a menina dos meus olhos. Que me perdoem os meus familiares, mas vou apitar até quando o meu corpo permitir”, afirma.

Hoje ele é árbitro de futsal vinculado da Federação de Futsal de Brasília e árbitro de futebol soçaite da Federação Brasileira e da Confederação Brasileira de Futebol Soçaite. Conheceu muitos jogadores famosos e apitou junto com o árbitro Júlio César Margari-da, conhecido pela atuação teatral nos campos. O servidor do TSE se sente realizado: “Eu apito por prazer e me sinto privilegiado”.



Orlando em campo: "O futsal é a menina dos meus olhos"

Você está pensando em trocar ou refinanceir seu carro?

A Porto Seguro Financeira, que já tinha taxas de financiamento diferenciadas, agora tem parcelas imbatíveis para você. É um empurrãozinho para aproximar você do seu carro novo. A Promoção Parcela Imbatível é exclusiva para você, Filiado Sindjus, e visa garantir mais facilidade e economia na compra de seu novo veículo.

É simples assim: se encontrar parcelas menores, entre em contato que a gente cobre a oferta na hora.



SindjusAuto

É necessária a contratação de um seguro Porto Seguro ou Azul Seguros para o bem alienado.
A Portoseg se reserva o direito de não cobrir parcela de operações subsidiadas para alguns modelos de carros feitas por Concessionárias e/ou Montadoras.

A liberação do financiamento está sujeita à análise de crédito, à revisão das condições cadastrais no momento da solicitação e às demais condições do produto. Critério de avaliação: apresentação da proposta da concorrência (a análise terá como referência o valor da parcela e a taxa anual da CET). Produtos participantes: válida apenas para operações de financiamento de veículo.

4141-1800
4141-1801

sindjusdf.org.br
auto@sindjusdf.org.br

